

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**BRUNO MARTINI FERRAZ DE CAMPOS**

**PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE COESÃO NA  
UNIÃO EUROPÉIA E ÍNDICES SÓCIO-ECONÔMICOS  
REPRESENTATIVOS DE PORTUGAL DESDE SUA ADESÃO**

**Florianópolis**

**2007**

**BRUNO MARTINI FERRAZ DE CAMPOS**

**PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE COESÃO NA  
UNIÃO EUROPÉIA E ÍNDICES SÓCIO-ECONÔMICOS  
REPRESENTATIVOS DE PORTUGAL DESDE SUA ADESÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado para obtenção do  
título de Bacharel em Ciências  
da Administração junto ao  
Programa de Graduação em  
Ciências da Administração da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina

Orientador: Professor Mestre  
Esperidião Amin Helou Filho

Florianópolis

2007

**BRUNO MARTINI FERRAZ DE CAMPOS**

**PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE COESÃO NA  
UNIÃO EUROPÉIA E ÍNDICES SÓCIO-ECONÔMICOS  
REPRESENTATIVOS DE PORTUGAL DESDE SUA ADEÇÃO**

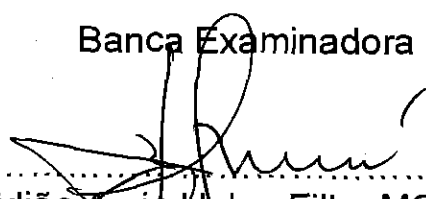
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Bacharel em Ciências da Administração no Programa de Graduação em Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, de 2007.

Prof. MSc. João Nilo Linhares

Coordenador do Programa

Banca Examinadora

  
.....  
Prof. Esperidião Amin Helou Filho MSc. – Orientador

  
.....  
Prof. Pedro Carlos Schenini, Dr.

  
.....  
Prof. Rudimar Antunes da Rocha, Dr.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, pelas portas que me abriu.

À minha mãe que sempre confiou, apostou e investiu nos meus estudos.

A meu pai que sempre demonstrou sua filosofia e a importância de seguir uma.

À minha avó que sempre rígida puxou, a mim e a meu irmão, para cima.

Ao estimado Prof. Esperidião Amin, que mesmo antes de se tornar meu orientador neste estudo, já havia deixado as melhores impressões em sala de aula, por sua postura e conteúdo.

E a minha querida amiga, parceira e incentivadora Melissa, que muito contribuiu para a confecção do presente trabalho.

***In varietate concordia***  
(Lema da União Européia)

## RESUMO

**CAMPOS, Bruno Martini Ferraz. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE COESÃO DA UNIÃO EUROPÉIA E ÍNDICES SÓCIO-ECONÔMICOS REPRESENTATIVOS DE PORTUGAL DESDE SUA ADESÃO.** 2007. Número de folhas (64f.). Trabalho de Conclusão de Estágio ( Graduação em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Este trabalho tem por objetivo mostrar os principais instrumentos das políticas de coesão da UE, a título de esclarecer os meios de ação contra a desigualdade interna e através de extensa revisão histórica e sua cronologia, de 1948 à 2007, traz uma percepção encadeada de como ocorreu a sua construção e mostra, também, como vem atuando essa política ao longo dos anos. A partir de dados de Portugal ilustra mudanças sócio-econômicas ocorridas desde sua entrada na UE, de 1986 até 2006, e, para efeito de comparação, índices de outros países em relação aos de Portugal. O trabalho segue procedimentos metodológicos descritivos, com análise longitudinal e corte transversal, os dados obtidos evidenciam relação entre as políticas apresentadas e as alterações dos índices Portugueses, além de possibilitar criar paralelos aos demais países da amostra.

**Palavras-chave:** União Européia. Portugal. Políticas de coesão.

## ABSTRACT

**CAMPOS, Bruno Martini Ferraz. MAIN EUROPEAN UNION COHESION POLICY CHANNELS AND REPRESENTATIVE SOCIO-ECONOMIC INDEXES OF PORTUGAL FROM THEIR MEMBERSHIP. 2007. Number of sheets (64f.). Work of Completion of Training (Degree in Administration). Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2007.**

This work aims to show the main instruments of cohesion policies of the EU, by way of clarifying the means of action against inequality and through extensive internal review and its historical chronology, from 1948 to 2007, brings a sense of chained construction as occurred its and shows how the policy is acting over the years. From data of Portugal illustrates socio-economic changes since its entry in the EU, from 1986 to 2006, and, for purposes of comparison, indexes of other countries in relation to Portugal. The work follows descriptive methodological procedures, with longitudinal and cross-section analysis, the data show relationship between policies and clarify changes in Portuguese indexes, in addition, enable to create comparison to the other countries in the sample.

**Key words:** Europe Union. Portugal. Cohesion policies.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Taxa de mortalidade infantil.....	38
<b>Gráfico 2</b> – PIB <i>per capita</i> a preços de mercado.....	39
<b>Gráfico 3</b> – Produtividade do trabalho.....	40
<b>Gráfico 4</b> – Taxa de juro real de curto prazo.....	41
<b>Gráfico 5</b> – Grau de abertura do mercado.....	42
<b>Gráfico 6</b> – Exportações de produtos de alta tecnologia.....	43
<b>Gráfico 7</b> – Investimento em I&D.....	44
<b>Gráfico 8</b> – Patentes submetidas ao <i>European Patent Office</i> .....	45
<b>Gráfico 9</b> – Exportações.....	46
<b>Gráfico 10</b> – Usuários da Internet.....	48
<b>Gráfico 11</b> – Crescimento da produção industrial.....	50
<b>Gráfico 12</b> – Consumo de eletricidade.....	52
<b>Gráfico 13</b> – Taxa de mortalidade infantil .....	54
<b>Gráfico 14</b> – PIB <i>per capita</i> .....	56



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Exportações.....</b>	<b>47</b>
<b>Figura 2 – Usuários da Internet.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 3 – Crescimento da Produtividade no Trabalho.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 4 – Consumo de Eletricidade.....</b>	<b>53</b>
<b>Figura 5 – Mortalidade Infantil.....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 6 – PIB <i>per capita</i>.....</b>	<b>57</b>

## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
INTRODUÇÃO.....	11
Procedimentos Metodológicos.....	14
 CAPÍTULO 1. REVISÃO HISTÓRICA .....	16
1.1 Cronologia da União Europeia.....	19
1.2 Conceito e histórico da Política de Coesão na UE.....	25
 CAPÍTULO 2. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE COESÃO NA UE.....	28
2.1 Fundos Estruturais e Fundo de Coesão.....	28
2.2 Banco Europeu de Desenvolvimento.....	30
2.3 Comitê das Regiões.....	31
2.4 Redes Transeuropeias.....	31
2.5 eEurope .....	33
 CAPÍTULO 3. PRINCÍPIOS DA UE QUE APÓIAM A POLÍTICA DE COESÃO.....	34
3.1 Subsidiariedade.....	34
3.2 Proporcionalidade.....	35
3.3 Simplificação Legislativa.....	36
 CAPÍTULO 4. INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS DE PORTUGAL COMO ESTADO-MEMBRO DA UE.....	37
4.1 Mortalidade infantil.....	37
4.2 PIB <i>per capita</i> .....	38
4.3 Produtividade no trabalho .....	39
4.4 Taxa de juro real a Curto Prazo.....	40
4.5 Grau de abertura do mercado.....	41
4.6 Exportações de produtos de alta tecnologia.....	42
4.7 Investimentos em Investigação e Desenvolvimento.....	43

4.8 Número de Patentes Requeridas.....	44
<b>CAPÍTULO 5. ÍNDICES SÓCIO-ECONÔMICOS DE PORTUGAL E OUTROS PAÍSES.....</b>	<b>45</b>
5.1 Exportações.....	45
5.2 Usuários da Internet.....	47
5.3 Crescimento da Produção Industrial.....	49
5.4 Consumo de eletricidade.....	51
5.5 Mortalidade infantil.....	53
5.6 PIB <i>per capita</i> .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

A compreensão sistêmica baseia-se no pressuposto de que a vida é dotada de uma unidade fundamental, de que os diversos sistemas [...] apresentam padrões de organização semelhantes. Esse pressuposto é corroborado pela observação de que a evolução operou durante bilhões de anos sem deixar de usar reiteradamente os mesmos padrões. À medida que a vida evolui, esses padrões tendem a tornar-se cada vez mais elaborados; mas nem por isso deixam de ser variações sobre os mesmos temas. (CAPRA, F. 2002. p. 93)

Toda a história da humanidade está relacionada com a tendência de associação. Desde os primeiros átomos que se uniram para formar as primeiras moléculas e estas as primeiras organelas vivas, essa tendência vem se mostrando um comportamento de sucesso evidente, observável em toda a natureza.

Transportando essa noção para a história mais recente, nota-se que o homem, assim como outros animais, associa-se em busca de maiores possibilidades, maior poder, e com base nessa característica observável em tudo que o rodeia é que se pode perceber uma notável fundamentação para o objeto deste trabalho.

A União Européia (UE) surge, cada vez mais, como um exemplo desta característica natural de associação, que nem sempre é racionalizada e aplicada pelo homem moderno, que por razões e interesses de pouco alcance muitas vezes divide quando poderia unir. A Europa sangrou muito até perceber a necessidade de união e de pôr fim às guerras e disputas que tanto sofrimento causaram. Agora, como no exemplo elementar da natureza, o continente caminha para o desenvolvimento de um organismo mais forte, agregando, com os alargamentos, cada vez mais informação cultural que ajudará na sua construção por um objetivo unificado e integrado.

Desta forma, através da negociação e política diplomática, o velho continente tem mostrado a todos um caso de notório sucesso, um agrupamento histórico de países com complexidade sem igual até hoje e que está apoiado numa característica primordial básica em toda a natureza: a união.

Com o propósito de aprofundar o estudo sobre os mecanismos políticos deste grupo e representar mudanças por eles geradas, procura-se investigar o seguinte problema de pesquisa:

A política de coesão da União Europeia e seus principais instrumentos de ação ocasionaram ganhos, demonstráveis através de índices sócio-econômicos, para Portugal desde sua entrada para o bloco, no período de 1986 à 2006?

A escolha deste tema justifica-se pela ampla possibilidade de aplicação de seus resultados e conclusões; através do conhecimento de políticas bem sucedidas, pode-se avaliar a possibilidade de aplicação das mesmas em outros governos, países e organizações em geral e, por ser a União Europeia notoriamente bem sucedida em seus objetivos, avalia-se as suas políticas que tratam de promover o saudável equilíbrio entre seus Membros.

Assim, em busca de resposta ao problema de pesquisa, este trabalho tem por objetivo geral identificar os instrumentos das políticas de coesão na União Europeia e com o exemplo de Portugal, de 1986 à 2006, identificar mudanças ocorridas em indicadores sociais e econômicos, bem como os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e caracterizar os principais instrumentos de ação da política de coesão da União Europeia.
- Demonstrar e analisar índices sócio-econômicos representativos de Portugal no período de 1986 à 2006.
- Comparar e analisar índices de Portugal aos de outros países.
- Analisar a possível relação entre as mudanças ocorridas nos índices portugueses no período referido e as políticas impostas pela UE.

Por tratar de fatos relativamente recentes e ainda em andamento, este trabalho não pode contar com vasta revisão bibliográfica crítica, capaz de dar embasamento para a justificativa, ou não, das políticas implementadas na União Europeia. Sendo assim, cabe a este estudo um aprofundamento na revisão histórica, com autores de uma vertente que permite traçar paralelos entre essas políticas atuais e acontecimentos passados importantes e relacionáveis que possam, então, justificar posturas posteriores.

Este trabalho não busca trazer toda a gama de ações e políticas da UE que possam influenciar os índices apresentados e sim apresentar a variação nestes índices e sua possível relação com a entrada de Portugal ao bloco.

Em termos práticos, espera-se que este trabalho traga mais informações de como se aplicam as políticas na UE em prol de fortalecer sua coesão e que, através dos números apresentados, se evidencie o sucesso ou não destas políticas,

comparando-as com outros países, além da mera flutuação dos dados de Portugal isoladamente.

Para isso, o trabalho apresenta-se estruturado em introdução, cinco capítulos, que desenvolvem o tema do estudo e as conclusões:

- Introdução: contém informações preliminares sobre o tema do estudo, fazendo alusão à tendência de associação inerente ao ser humano e aos diferentes sistemas de organização na natureza e a possibilidade de transportar esses princípios à UE. Define os objetivos gerais e específicos, justificativa, delimitações, e procedimentos metodológicos.
- Capítulo 1: trata-se de uma revisão histórica que trabalha a cronologia da UE e o histórico das políticas de coesão e seus conceitos. Contextualiza a construção do bloco econômico, os alargamentos em função do sucesso das políticas, os tratados e os diferentes órgãos e instâncias das Comunidades. Enfim, traça um panorama da evolução e aprimoramento da UE.
- Capítulo 2: cumpre parte do objetivo geral deste estudo ao descrever os instrumentos das políticas de coesão da UE, que visa reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros, corroborando a idéia de coesão econômica, social e territorial. Apresenta os princípios de convergência, de competitividade regional e emprego e de cooperação territorial europeia bem como as políticas que visam ligar as regiões europeias e as redes nacionais através de uma infra-estrutura moderna e eficaz e reforçar a competitividade econômica europeia.
- Capítulo 3: apresenta os princípios da UE (subsidiariedade, proporcionalidade e simplificação legislativa) que dão suporte e apoio à políticas de coesão, confrontando a intervenção da União e a autonomia dos Estados.
- Capítulo 4: cumpre a parte restante do objetivo geral deste estudo, bem como os objetivos específicos, ao descrever os indicadores sócio-econômicos de Portugal a partir de sua adesão à UE.
- Capítulo 5: também de acordo com os objetivos específicos, compara e analisa os índices sócio-econômicos de Portugal aos de outros países.

E encerra imprimindo conclusões aos objetivos propostos e trazendo sugestões para futuros trabalhos.

## Procedimentos Metodológicos

O presente estudo busca levantar dados a respeito das políticas de coesão adotadas na União Européia, mostrar quais são os principais instrumentos utilizados para colocá-las em prática e, também, levantar dados sobre a evolução sócio-econômica de Portugal desde sua entrada para a UE.

Trata-se de uma pesquisa acadêmica que se caracteriza, quanto a técnica empregada, como documentação indireta, utilizando-se de fontes secundárias, que segundo Souza, Nilo, Fialho (2007), consiste em todo trabalho que se baseia em outro, sendo este a fonte primária. Tem como característica o fato de não produzir uma informação original, mas sobre ela trabalhar, procedendo a análise, ampliação, comparação.

Quanto aos objetivos, é predominantemente descritiva, pois, segundo Gil (2002), descreve as características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Trata-se de uma pesquisa com emprego de técnicas quantitativas e qualitativas; para a análise dos dados secundários utilizou-se técnicas estatísticas simples, como índices e percentuais, assim como as relações causais interpretadas pela óptica do autor. Possui caráter longitudinal com corte transversal por analisar índices de Portugal no período de 1986 à 2006 e por pesquisar e verificar a existência de relações entre as variáveis após o fato/fenômeno objeto de estudo, pode-se dizer que se trata, também, de uma pesquisa *Ex-post Facto*, segundo Souza, Fialho, Otani (2007).

A grande fonte de dados para esse trabalho foi o sítio da Internet <http://europa.eu/>, que é um portal de comunicação oficial da UE, onde estão disponíveis e são constantemente atualizados dados históricos, cronológicos e estatísticos, bem como sobre as políticas e instrumentos de coesão. Além disso, livros históricos e publicações impressas sobre a UE foram consultados, bem como livros e manuais sobre a confecção de trabalhos de pesquisa de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No decorrer deste trabalho, mesmo utilizando-se de procedimentos metodológicos considerados adequados, detectaram-se algumas limitações que merecem destaque.

Por se tratar do estudo de políticas específicas da União Europeia não há, portanto, possibilidades de generalização das conclusões encontradas para outros grupos e organizações, (TRIVINÓS, 1987). Porém, com o devido cuidado, os dados e conclusões podem ser utilizados para análises e comparações de outros grupos e organizações de complexidade similares àquela estudada no presente trabalho.

Finalmente, destaca-se que a identificação das principais políticas de coesão, apesar de cumprir com o objetivo proposto, não esgota as possibilidades sobre o problema de pesquisa, que certamente é influenciado por outras ações e políticas da UE.



## 1 REVISÃO HISTÓRICA

Narra-se, em toda a história do continente europeu, um sem número de conflitos e guerras, hora entre inimigos mais próximos, hora envolvendo todo o continente ou o mundo. As duas grandes guerras no início do século XX apoiaram o ideal, já existente, de unir as nações e acabar com os antagonismos locais.

Robert Schuman, ministro dos Negócios Internacionais da França, propôs, em 9 de maio de 1950, a criação de uma Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), que colocou sob autoridade comum a responsabilidade sobre a produção do Aço e Carvão de países outrora inimigos. Este fato, segundo Fontaine (2003), é considerado um marco simbólico que deu início a este meio século de paz no continente europeu e à União Européia.

No entendimento de Landes (2003), a UE é hoje vista como a cura para as guerras de ontem, pois a fragmentação é usualmente vista como grande infortúnio, uma receita certa para o conflito.

As bases do que é hoje a UE estabeleceram-se por uma série de tratados: em 1951 foi assinado o Tratado de Paris, que instituiu a Comunidade Européia do Carvão e do Aço; em 1957 os tratados de Roma instituíram a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom). Esses tratados fundadores foram posteriormente alterados pelo Ato Único Europeu, em 1986, pelo Tratado da União Européia (Maastricht) em 1992, pelo tratado de Amsterdã, em 1997, e pelo Tratado de Nice, em 2001.

Seis países, inicialmente, uniram-se para a integração européia - Bélgica, República Federal da Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Criaram a CECA, que tinha o objetivo primordial de imprimir a paz entre as nações européias vencedoras e vencidas, associando-as num sistema institucional comum regido pelos princípios de igualdade e cooperação.

Esses países decidiram construir a Comunidade Econômica Européia, com base em um mercado mais abrangente de bens e serviços comuns. Assim, em 1968, os direitos aduaneiros foram suprimidos entre eles e ao longo da mesma década, foram estabelecidas políticas comuns, nomeadamente nas áreas do comércio e agricultura.

O sucesso dessa união fez com que Dinamarca, Irlanda e Reino Unido decidissem juntar-se à Comunidade, sendo que esse primeiro alargamento, em 1973, veio seguido de um aprofundamento das competências das Comunidades e introdução de novas políticas sociais, regionais e ambientais. Para executar as políticas regionais foi criado, em 1975, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), um dos instrumentos de coesão abordados no presente estudo.

A década de 1970, em decorrência da suspensão da convertibilidade do dólar em ouro pelos Estados Unidos da América (EUA) e das crises do petróleo em 1973 e 1979, foi um período de grande instabilidade econômica mundial. Neste contexto, os países membros da CEE viram a necessidade de fazer convergir suas economias e assim criar uma união monetária. Em 1979 houve a fundação do Sistema Monetário Europeu, que contribuiu para estabilizar as taxas de câmbio e aumentar o rigor das políticas monetárias.

Em 1981, a Grécia aderiu à CEE e foi seguida por Espanha e Portugal, em 1986. Com este novo alargamento se percebeu maior urgência na introdução de programas estruturais, destinados a reduzir as disparidades de desenvolvimento econômico entre os, agora 12 Estados-Membros.

Em paralelo, a CEE começou a desempenhar um papel mais importante no cenário internacional; foram assinados com países da África, Caribe e do Pacífico (ACP) uma série de convenções, relativas à cooperação para o desenvolvimento e ao comércio, que os conduziram ao Acordo de Cotonu, em junho de 2000.

Em 1985, a Comissão Europeia publicou um livro que estabeleceu um calendário para concluir a realização do mercado interno integrado europeu até 1 de janeiro de 1993. As Comunidades adotaram o desafio e o consagraram no Ato Único Europeu, que foi assinado em fevereiro de 1986 e entrou em vigor em 1 de julho de 1987.

A queda do muro de Berlim, em 1989, alterou a morfologia política da Europa e conduziu à reunificação da Alemanha e a democratização dos Países da Europa Central e Oriental. Nas Comunidades Europeias os Estados-Membros negociaram um novo tratado com o Conselho Europeu, em Maastricht, em dezembro de 1991. Em 1993 o tratado da União Europeia entrou em vigor, a CEE foi rebatizada de Comunidade Europeia (CE), acrescentando domínios de cooperação intergovernamental ao sistema existente e foi também com este tratado que se criou o conceito de União Europeia.

Em 1º de janeiro de 1995, Áustria, Finlândia e Suécia juntaram-se à UE que, agora com 15 Estados-Membros, abre caminhos para a substituição das moedas nacionais por uma moeda única europeia – o euro; fato que se concretiza em janeiro de 2002.

Na Reunião de Lisboa, o Conselho Europeu adotou uma série de estratégias para vencer os desafios impostos pela globalização e para competir com os outros grandes operadores, como EUA e novos países industrializados. Assim, em março de 2000, a estratégia deliberada em Lisboa incluiu a abertura à concorrência de todos os setores da economia, o incentivo à inovação e ao investimento nas empresas e a modernização dos sistemas educativos europeus, para adequá-los às necessidades da sociedade da informação.

Em meados da década de 1990, a UE recebeu a candidatura de outros 12 Estados que queriam tornar-se membros. Do antigo Bloco Soviético vieram Bulgária, República Checa, Hungria, Polônia, Romênia e Eslováquia; dos Bálticos vieram Estônia, Letônia e Lituânia, além de Eslovênia, Chipre e Malta.

As negociações para adesão dos novos Estados iniciaram em Luxemburgo, em 1997, continuaram em Helsinque, em 1999 e, em 13 de dezembro de 2002, em Copenhagem, foi decidido o alargamento para mais dez Estados-Membros. Com exceção de Bulgária e Romênia, que entraram apenas em 2007, os demais países candidatos foram admitidos na UE em 2004. Este foi o maior alargamento até então e contribuiu para fortalecer o poder econômico e a paz na região.

Em fevereiro de 2005, a UE ratificou o Protocolo de Quioto, fortalecendo seu compromisso com políticas sustentáveis; já em 2006, foi aprovado em primeira leitura a Diretiva Bolkestein, que trata da legislação sobre o mercado interno europeu.

O ano de 2007, ainda em andamento para este estudo, tem como fatos principais a inclusão da Romênia e Bulgária como Estados-Membros; e assim a UE passa agora a contar com 27 países.

Em termos gerais, nota-se a escalada em ganhos e benefícios que a união dos países da Europa tem gerado para o continente europeu. O objetivo inicial de garantir a paz está cada vez mais consolidado pela economia forte, que busca reduzir as desigualdades. A UE preserva os direitos do cidadão e sua cultura, e busca governar pelo exemplo, com incessantes encontros, reuniões, assembléias, para conseguir, através do diálogo, promover a integração do bloco.

Na história da Europa observam-se outros períodos de crescimento e expansão que se deram a partir de posturas similares:

A expansão econômica da Europa Medieval foi assim promovida por uma sucessão de inovações e adaptações organizacionais, muitas delas iniciadas de baixo para cima e difundidas pelo exemplo. Os governantes esforçavam-se por acompanhar o ritmo, mostrar-se hospitaleiros, oferecer mão-de-obra disponível, atrair empreendimentos e as receitas por eles geradas... Nesses séculos (XV e XVI), entrou em uso toda uma nova série de instrumentos comerciais; códigos comerciais foram elaborados e postos em vigor e sociedades foram estabelecidas para estimular alianças entre quem financiava e quem fazia, entre os homens que forneceram os fundos e a mercadoria e aqueles que foram em terras distantes para vender e comprar. (LANDES, D.S. 2003, p. 47)

## 1.1 Cronologia da União Européia

Em 1948, de 7 a 11 de maio houve o Congresso de Haia onde mais de mil delegados de 20 países europeus debateram novas formas de cooperação na Europa. Pronunciando-se a favor da criação de uma “Assembleia Européia”.

Já em 1949, em 27 e 28 de janeiro, na sequência do Congresso de Haia, foi criado o Conselho da Europa, com sede em Estrasburgo.

No ano de 1950, em 9 de maio, Robert Schuman, então ministro dos Negócios Estrangeiros francês, proferiu um importante discurso no qual alavancava propostas inspiradas nas idéias de Jean Monnet, propondo que a França e a República Federal da Alemanha colocassem em uso comum os seus recursos de carvão e de aço, numa organização aberta aos outros países da Europa.

Esta data pode ser considerada como a do nascimento da União Européia, por isso, o dia 9 de maio é hoje comemorado como sendo o “Dia da Europa”.

Em 1951, em 18 de abril, seis países (Bélgica, França, República Federal da Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) assinaram, em Paris, o Tratado que institui a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), que entrará em vigor em julho de 1952, por um período de 50 anos.

Já em 1955, em 1º e 2º de junho, reunidos em Messina, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos seis países decidiram estender a integração européia a toda a economia.

Em 1957, 25 de março, em Roma, foram assinados os tratados que instituem a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom), que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 1958.

Em 1960, 4 de janeiro, por iniciativa do Reino Unido, a Convenção de Estocolmo criou a Associação Européia de Comércio Livre (EFTA), que reuniu vários países europeus que não faziam parte da CEE.

No ano de 1962, em 30 de Julho entra em vigor a Política Agrícola Comum (PAC). Em 1963, 14 de janeiro, o general de Gaulle anunciou, numa conferência de imprensa, que a França veta a entrada do Reino Unido nas Comunidades Européias. Em 20 de Julho foi assinado, em Youndé, um acordo de associação entre a CEE e 18 países africanos.

Já em 1965, 8 de abril, foi assinado o tratado de fusão dos executivos das três Comunidades, que criou um Conselho e uma Comissão únicos que entrará em vigor em 1º de Julho de 1967.

Em 1966, 29 de janeiro, no compromisso de Luxemburgo, na sequência de uma crise política, a França aceitou retomar o seu lugar nas reuniões do Conselho, em troca da manutenção da regra da unanimidade quando estão em jogo "interesses nacionais de importância vital".

No ano de 1968, 1º de Julho, houve a eliminação completa, com 18 meses de antecedência, dos direitos aduaneiros intracomunitários sobre os produtos industriais. Entrou em vigor uma pauta aduaneira comum.

Já em 1969, 1º e 2º de dezembro na Cimeira de Haia, os dirigentes políticos da CEE decidiram dar novo impulso ao processo de integração européia. Em 1970, 22 de abril, foi assinado, em Luxemburgo, um tratado que permite que as Comunidades Européias sejam progressivamente financiadas por "recursos próprios" e que confere maiores poderes ao Parlamento Europeu.

Em 1972, 22 de janeiro, foram assinados, em Bruxelas, os tratados de adesão da Dinamarca, da Irlanda, da Noruega e do Reino Unido às Comunidades Européias. Em 24 de abril os Seis decidiram limitar a 2,25% as margens de flutuação cambial das suas moedas entre si, um sistema que ficou conhecido por "serpente monetária".

No ano de 1973, 1º de janeiro, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderiram às Comunidades Européias, que passam a ter nove Estados-Membros. A

Noruega ficou de fora, na sequência de um referendo em que o voto maioritário foi desfavorável à adesão.

Em 1974, 9 e 10 de dezembro, na Cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidiram reunir-se regularmente em Conselho Europeu, três vezes por ano. Liberaram as eleições diretas para o Parlamento Europeu e acordaram na criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Em 1975, 28 de fevereiro, foi assinada, em Lomé, uma convenção ( Lomé I) entre a CEE e 46 Estados da África, do Caribe e do Pacífico (ACP). Em 22 de Julho, foi assinado um tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e criou o Tribunal de Contas Europeu, que entrará em vigor em 1 de junho de 1977.

Em 1978, 6 e 7 de julho, na Cimeira de Bremen, a França e a República Federal da Alemanha propuseram um relançamento da cooperação monetária através da criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), que deverá substituir a "serpente monetária". O SME começará a funcionar em 13 de março de 1979.

No ano de 1979, 28 de maio, foi assinado o tratado de adesão da Grécia às Comunidades Europeias. Em 7 e 10 de junho, houve as primeiras eleições diretas dos 410 deputados do Parlamento Europeu. Em 1981, 1º de janeiro, houve a entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passaram a contar com 10 Estados-Membros.

Já em 1984, 28 de fevereiro, foi adotado o programa "Esprit", que promove a investigação e o desenvolvimento no domínio das tecnologias da informação. Em 14 e 17 de junho, se deram as segundas eleições diretas para o Parlamento Europeu.

Em 1985, 7 de janeiro, Jacques Delors assumiu a presidência da Comissão (1985-1995). Em 12 de junho aconteceu a assinatura dos tratados de adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias. Em 2 a 4 de dezembro, no Conselho Europeu de Luxemburgo, os Dez acordaram em rever o Tratado de Roma e no relançamento da integração europeia, através do Ato Único Europeu, que abriu caminho à realização plena do mercado interno até 1993.

Em 1986, 1º de janeiro, Espanha e Portugal aderiram às Comunidades Europeias, que passam a contar com 12 Estados-Membros, em 17 e 28 de fevereiro, foi assinado, em Luxemburgo e em Haia, o Ato Único Europeu, que entrará em vigor em 1 de Julho de 1987.

Já 1987, 15 de junho, iniciou-se o programa "Erasmus", que apóia os jovens europeus que desejem estudar em outros países da Europa.

No ano de 1989, 15 e 18 de junho, houve as terceiras eleições diretas para o Parlamento Europeu, em 9 de novembro a Queda do muro de Berlim e em 9 de dezembro o Conselho Europeu de Estrasburgo decidiu convocar uma Conferência Intergovernamental sobre o aprofundamento da União Econômica e Monetária (UEM) e da União Política.

Em 1990, 19 de junho, foi assinado o Acordo de Schengen, que visava suprimir os controles nas fronteiras entre os Estados-Membros das Comunidades Europeias, em 3 de outubro houve a Reunificação da Alemanha e em 14 de dezembro teve início, em Roma, as Conferências Intergovernamentais sobre a UEM e a União Política.

Já em 1991, 9 e 10 de dezembro, o Conselho Europeu de Maastricht adotou o Tratado da União Europeia, que estabeleceu as bases para uma política externa e de segurança comum, propôs uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e discutiu a criação de uma união econômica e monetária, incluindo uma moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente deu origem à União Europeia (UE). A CEE passa a chamar-se Comunidade Europeia.

Em 1992, 7 de fevereiro, foi assinado, em Maastricht, o Tratado da União Europeia, que entrará em vigor em 1 de novembro de 1993. Em 1993, 1º de janeiro, foi criado o mercado interno.

No ano de 1994, 9 e 12 de junho, ocorreram as quartas eleições diretas para o Parlamento Europeu, 24 e 25 de junho, foram assinados, no Conselho Europeu de Corfu, os tratados de adesão da Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia à União Europeia.

Em 1995, 1º de janeiro a Áustria, a Finlândia e a Suécia juntaram-se à UE, que passa a ter 15 Estados-Membros. A Noruega ficou de fora por resultado de um referendo com votos maioritariamente contra a sua entrada, em 23 de janeiro entrou em função uma nova Comissão Europeia (1995-1999), presidida por Jacques Santer e em 27 e 28 de novembro, a Conferência Euromediterrânea de Barcelona criou uma parceria entre UE e os países do sul mediterrâneo.

Já no ano de 1997, 16 e 17 de junho, O Conselho Europeu de Amsterdã propôs um tratado que deu à UE novas competências, 2 de outubro, foi assinado o Tratado de Amsterdã, que entrará em vigor em 1º de maio de 1999.

No ano de 1998, 30 de março, Teve início o processo de adesão de novos países candidatos (Chipre, Malta e 10 países da Europa Central e Oriental), 3 de maio, o Conselho Europeu de Bruxelas decidiu que 11 Estados-Membros (Áustria, Bélgica, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha) preencheram as condições necessárias para a adoção da moeda única em janeiro de 1999, a estes juntou-se mais tarde a Grécia. Em 31 de dezembro adotou-se taxas de conversão fixas, irregulares e irrevogáveis entre as moedas que serão substituídas pelo euro.

Em 1999, 1º de janeiro, teve Início a terceira fase da UEM: moedas de 11 Estados-Membros foram substituídas pelo euro, que foi, então introduzido nos mercados financeiros. A partir deste momento, o Banco Central Europeu (BCE) passa a ser responsável pela política monetária europeia, definida e executada em euros. Em 24 e 25 de março, o Conselho Europeu de Berlim definiu as perspectivas financeiras de 2000-2006, no quadro "Agenda 2000", em 3 e 4 de junho o Conselho Europeu de Colônia decidiu confiar a redação de uma Carta dos Direitos Fundamentais a uma convenção composta por representantes dos chefes de Estado e de Governo da UE e do presidente da CE, Javier Solana é designado alto representante para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Em 10 e 13 de junho ocorreram as Quintas eleições diretas para o Parlamento Europeu, em 15 de setembro, entrou em vigor uma nova Comissão Europeia, presidida por Romano Prodi entre os anos de 1999 e 2004, já em 15 e 16 de outubro o Conselho Europeu de Tampere decidiu tornar a UE um espaço de liberdade, segurança e justiça e em 10 e 11 de dezembro o Conselho Europeu de Helsinque, dedicado principalmente ao alargamento da União, reconheceu oficialmente a Turquia como candidata à adesão à UE e decidiu avançar com as negociações com outros 12 países candidatos.

No ano de 2000, em 23 e 24 de março, o Conselho Europeu de Lisboa definiu uma nova estratégia para fomentar o emprego na UE, modernizar a economia e reforçar a coesão social numa Europa baseada no conhecimento. Em 7 e 8 de dezembro, reunido em Nice, o Conselho Europeu chegou a um acordo sobre o texto de um novo Tratado, que reforma o sistema decisório da UE na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamaram solenemente a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.



Já em 2001, 26 de fevereiro, foi assinado o Tratado de Nice, que entrará em vigor em 1 de fevereiro de 2003, em 14 e 15 de dezembro, o Conselho Europeu de Laeken adotou uma declaração sobre o futuro da União, que abriu caminho para a próxima grande reforma da UE e convocou uma Convenção para preparar uma Constituição Europeia. Valéry Giscard d'Estaing foi designado presidente da Convenção.

Em 2002, 1º de janeiro, houve a entrada em circulação das moedas e notas em euros, em 31 de maio, os 15 Estados-Membros da UE ratificaram simultaneamente o Protocolo de Quioto – um acordo internacional para a redução da poluição atmosférica.

No ano de 2003, 16 de abril, foram assinados, em Atenas, os tratados de adesão de Chipre, Malta, República Checa, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia, em 10 de Julho a convenção sobre o futuro da Europa adotou um projeto de Constituição Europeia e concluiu os seus trabalhos. Em 4 de outubro Teve início a Conferência Intergovernamental que deverá redigir um Tratado incorporando a Constituição Europeia.

Em 2004, 1º de maio, Chipre, Malta, República Checa, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia aderiram à UE, em 10 e 13 de Junho ocorreram as Sextas eleições diretas para o Parlamento Europeu. Em 29 de outubro os 25 Estados-Membros assinaram um Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa com o objetivo de simplificar o processo de decisão democrática e o funcionamento de uma União Europeia com 25 membros ou mais. O Tratado, que prevê também a criação do cargo de ministro europeu dos Negócios Estrangeiros, só poderá entrar em vigor se for ratificado pelos 25 Estados-Membros, até o presente momento as negociações para a Constituição Europeia não foram ratificadas por todos.

Em 2005, 16 de fevereiro, ocorreu a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, um tratado internacional que visa limitar o aquecimento global e reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa. Os Estados Unidos não ratificaram o Protocolo. Em, 13 de abril, o Parlamento Europeu deu parecer favorável à adesão da Romênia e da Bulgária à UE, em 3 de outubro, houve a abertura das negociações de adesão da Croácia e da Turquia à União Europeia, em 15 e 16 de dezembro realizou-se, em Bruxelas, um Conselho Europeu.

No ano de 2006, 16 de fevereiro, o Parlamento Europeu adotou, por larga maioria e em primeira leitura, o relatório sobre a diretiva relativa aos serviços no mercado interno. A Diretiva Serviços, também conhecida por Diretiva Bolkestein, é um dos mais importantes projetos legislativos da União Européia. Em 1º de junho o Conselho e o Parlamento designaram 2007 como "Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos". Em 8 de novembro houve a reunião inaugural da Assembléia Parlamentar euro-latino-americana (EUROLAT).

Já em 2007, 1º de janeiro, A adesão da Romênia e da Bulgária, concluiu o quinto alargamento da União Européia, elevando o número de Estados-Membros para 27 e a população da União Européia para 492,8 milhões de habitantes. O Conselho da União Européia designou Meglena Kuneva (Bulgária) e Leonard Orban (Romênia) membros da Comissão Européia para o período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de outubro de 2009. Em 1º de Julho Portugal assumiu a presidência do Conselho da União Européia e em 4 de Julho, realizou-se, em Lisboa, a primeira Cimeira UE-Brasil.

## 1.2 Conceito e Histórico das políticas de coesão na U.E.

Para abordar o conceito de coesão, ou as medidas necessárias para imprimir maior igualdade, é preciso abordar primeiramente a desigualdade, neste caso entre países, pois esta traz consigo a importância das políticas de coesão, niveladoras. Na história recente, um grande divisor de águas entre os países desenvolvidos, ou, os que se mantiveram desenvolvidos e os que não se desenvolveram, foi a Revolução Industrial, que trouxe avanços tecnológicos e riqueza aos países que mais se adaptaram. Este trecho ilustra o ocorrido:

A consequência desses avanços foi um crescente hiato entre países industriais modernos e os retardatários, entre ricos e pobres. Para começar, na Europa: em 1750, a diferença entre a renda *per capita* da Europa ocidental (excluindo Grã-Bretanha) e da oriental era em torno de 15% [...] na década de 1900 era de quase 80%. A mesma polarização, só que muito mais acentuada, ocorreu entre a Europa e aqueles países que mais tarde passaram a ser definidos como um Terceiro-Mundo – em parte porque as modernas indústrias fabris engoliram suas rivais obsoletas, dentro e fora do país. Paradoxo: a Revolução Industrial aproximou mais o mundo, tornou-o menor e mais homogêneo. Mas a mesma revolução fragmentou o globo ao separar os vencedores dos perdedores (LANDES, D. S. 2003. p. 216).

A coesão econômica e social na UE resume a solidariedade entre os Estados-Membros e suas regiões, favorece o desenvolvimento equilibrado do território comunitário, a redução das diferenças estruturais entre as regiões da União, bem como a promoção de igualdade de oportunidades entre as pessoas. Ela se concretiza através de diversas intervenções financeiras, nomeadamente as dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão. De três em três anos, a Comissão Europeia apresenta um relatório sobre os progressos alcançados no âmbito da coesão econômica e social e sobre o modo como as políticas comunitárias para eles contribuíram.

Na UE, a coesão econômica e social remonta ao Tratado de Roma (1957) e faz alusão à redução das desigualdades de desenvolvimento entre as regiões. Na década de 1970, foram empreendidas ações comunitárias a fim de coordenar e completar financeiramente os instrumentos nacionais. Essas medidas revelaram-se, posteriormente, insuficientes num contexto comunitário em que a criação do mercado interno não tinha feito desaparecer as disparidades entre as regiões. Em 1986, o Ato Único Europeu introduziu, além da realização do mercado único, o objetivo da coesão econômica e social propriamente dito. O Tratado de Maastricht, em 1992, institucionalizou finalmente essa política no Tratado da CE.

A coesão econômica e social é essencialmente concretizada através da política regional da União Europeia. Tal como a reforma da Política Agrícola Comum e o alargamento aos países da Europa Central e Oriental em 2004, a Política Regional, em razão de suas implicações financeiras, constituiu um dos grandes desafios discutidos na Agenda 2000, que abrange o período de 2000 a 2006.

O alargamento para 27 Estados-Membros, em janeiro de 2007, alterou a situação da UE. Considerando que aproximadamente 60% das regiões menos desenvolvidas situam-se nos 12 Estados-Membros que aderiram a partir de 2004, o centro da política regional deslocou-se para Leste, pois a superfície de território dos países que compõem a União Europeia aumentou mais de 25%, a sua população mais de 20%, enquanto a sua riqueza só aumentou cerca de 5%. O PIB médio por habitante da União Europeia diminuiu mais de 10% e as disparidades regionais foram multiplicadas por dois. No período de 2007 a 2013, as políticas de coesão econômica e social concentrarão-se nos problemas cruciais de desenvolvimento, no que diz respeito ao crescimento econômico e de emprego, e continuarão a apoiar as regiões que não tiverem, ainda, concluído o seu processo de convergência real.

Permanecem necessárias intervenções práticas nas zonas geográficas que se deparam com dificuldades estruturais específicas (zonas industriais em reconversão, zonas urbanas, rurais ou dependentes da pesca, zonas com graves desvantagens naturais ou demográficas).

Em outros momentos da história se observam tentativas de se formar grandes agrupamentos. Na antigüidade, por exemplo, o ideal de se reestruturar o Império Romano nunca morreu e:

"[...] fracassaram em face das precárias comunicações, transportes inadequados, desafios à legitimidade, o poder contrário de governantes locais, o triunfo da realidade sobre a fantasia." (Áreas trabalhadas com a Política de Coesão da UE). Landes, D.S. (2003, p. 37).

Por fim, a simplificação e a descentralização da gestão dos instrumentos financeiros da política regional (Fundos Estruturais e Fundo de Coesão) serão as peças fundamentais da reforma da política regional para o período de 2007 a 2013.

## 2 INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE COESÃO NA UE

O presente capítulo expõe as principais ferramentas que apóiam a UE em sua busca por maior integração, atuantes em todos os seus Estados-Membros, hora com incentivos financeiros, hora zelando pela comunicação eficiente, entre outros, e através deles se resumem os esforços em favor da coesão, e consequente fortalecimento da união.

### 2.1 Fundos Estruturais e Fundo de Coesão

Os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão são os instrumentos financeiros da política regional da União Européia, que têm por objetivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros, corroborando a idéia de coesão econômica, social e territorial.

Para o período de 2007 a 2013, o valor destinado à política regional aproxima-se dos 348 bilhões de euros: 278 bilhões para os Fundos Estruturais e 70 bilhões para o Fundo de Coesão. Esse valor representa 35% do orçamento comunitário.

Existem dois Fundos Estruturais:

- O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) é atualmente o mais importante. Apóia, desde 1975, a implementação de infra-estrutura e investimentos produtivos geradores de emprego, comumente destinados às empresas.
- O Fundo Social Europeu (FSE), instituído em 1958, apóia a inserção profissional dos desempregados e das categorias menos favorecidas da população, financiando principalmente ações de formação.

Para acelerar a convergência econômica, social e territorial, a União Européia instituiu um Fundo de Coesão em 1994. Este fundo destina-se aos países cujo PIB médio por habitante é inferior a 90% da média comunitária.

O Fundo de Coesão tem por finalidade conceder financiamentos a favor de projetos de infra-estrutura nos domínios do ambiente e dos transportes. Contudo, o

apoio do Fundo de Coesão está sujeito a determinadas condições. Se o déficit público de um Estado-Membro beneficiário exceder 3% do PIB nacional, nenhum novo projeto será aprovado enquanto o déficit não estiver outra vez sob controle.

"...as redes sociais geram estruturas materiais – edifícios, estradas, tecnologias – que se tornam componentes estruturais da rede; e produzem bens e artefatos materiais que são intercambiados entre os nós da rede." (Capra, F. 2002 p. 95).

Estes fundos destinar-se-ão a financiar a política regional entre 2007 e 2013 no âmbito de três novos objetivos, a saber:

- A "Convergência", que visa acelerar a integração dos Estados-Membros e das regiões menos desenvolvidas da UE através de uma melhoria das condições de crescimento e de emprego. É financiada pelo FEDER, pelo FSE e pelo Fundo de Coesão, que representa 81,5% dos recursos disponíveis. Os limites máximos de co-financiamento das despesas públicas elevam-se a 75% no que diz respeito ao FEDER e ao FSE, e a 85 % no que diz respeito ao Fundo de Coesão.

- A "Competitividade Regional e Emprego", que pretende antecipar as alterações económicas e sociais, promover a inovação, o espírito empresarial, a proteção do ambiente e a criação de mercados de trabalho inclusivos nas regiões não abrangidas pelo objetivo "Convergência". É financiado pelo FEDER e pelo FSE, representando 16% do total dos recursos disponíveis. As ações decorrentes deste objetivo podem ser co-financiadas até 50% das despesas públicas.

- A "Cooperação Territorial Européia", que se destina a reforçar a cooperação em níveis transfronteiriço, transnacional e inter-regional nos domínios do desenvolvimento urbano, rural e costeiro, do desenvolvimento das relações económicas e da entrada em rede das pequenas e médias empresas (PME). É financiado pelo FEDER, representando 2,5% do total dos recursos disponíveis. As ações decorrentes deste objetivo podem ser co-financiadas até 75% das despesas públicas.

O apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão aos três objetivos citados equivale sempre a um co-financiamento. As taxas praticadas podem ser reduzidas de acordo com o princípio do "poluidor-pagador", ou seja, estabelecendo-se que ao poluidor devem ser imputados os custos necessários ao combate à poluição ou quando o projeto é gerador de receitas.

## 2.2 Banco Europeu de Investimento (BEI)

Criado pelo Tratado de Roma, o Banco Europeu de Investimento (BEI) é a instituição financeira da União Europeia. Tem por missão contribuir para a coesão económica, social e territorial através de um desenvolvimento equilibrado do território comunitário.

O BEI tem como acionistas os 27 Estados-Membros que integram a União Europeia e é dirigido pelo Conselho de Governadores composto pelos 27 Ministros das Finanças. Dotado de personalidade jurídica e de autonomia financeira, o Banco financia, a longo prazo, a realização de projetos concretos cuja viabilidade económica, técnica, ambiental e financeira esteja assegurada. O BEI concede empréstimos provenientes, essencialmente, de fundos angariados nos mercados de capitais, aos quais se somam os fundos próprios dos acionistas. Entre 1994 e 1999, os transportes, as telecomunicações, a energia, a água, o ensino e a formação foram os principais domínios de intervenção.

Em março de 2000, o Conselho Europeu de Lisboa solicitou um reforço do apoio prestado às pequenas e médias empresas (PME). Composto pelo BEI e pelo Fundo Europeu de Investimento (FEI), o "Grupo BEI" foi criado objetivando o reforço da competitividade económica europeia. Com a proposta "Inovação 2000", buscou estimular o espírito empresarial, a inovação e a valorização dos recursos humanos, concedendo às PME empréstimos a médio prazo e garantias bancárias além de financiar atividades de capital-risco.

No exterior da União, o BEI presta apoio às estratégias de pré-adesão dos países candidatos, bem como dos países dos Balcãs Ocidentais e programa a vertente financeira dos acordos concluídos no âmbito das políticas europeias de ajuda e cooperação para o desenvolvimento. E nessa função intervém nos países mediterrâneos e nos países da África, do Caribe e do Pacífico (países ACP).

## **2.3 Comitê das Regiões (CdR)**

Instaurado em 1992 pelo Tratado de Maastricht e criado em 1994, o Comitê das Regiões é um órgão consultivo que permite às autarquias locais participar do processo de tomada de decisões da União Européia.

Composto por 344 representantes das autarquias locais, nomeados por um período de quatro anos pelo Conselho, o CdR é consultado pelo Conselho, pelo Parlamento e pela Comissão sobre questões relacionadas com os interesses regionais e locais. Desde a entrada em vigor do Tratado de Amsterdã, em maio de 1999, o Comitê das Regiões deve ser consultado sobre um grande número de domínios: a coesão econômica e social, o emprego, a política social, as redes transeupéias de transporte, a energia e as telecomunicações, a educação e a juventude, a formação profissional, a cultura, o ambiente, a saúde pública e os transportes.

O CdR pode igualmente emitir pareceres por iniciativa própria.

O Tratado de Nice, adotado em dezembro de 2000, não alterou o número ou a repartição de lugares por Estado-Membro no CdR, no entanto, estabeleceu que o número de membros do CdR não pode ultrapassar 350. Os membros devem ser titulares de um mandato eleitoral regional ou local ou ser politicamente responsáveis perante uma assembleia eleita.

A Constituição Européia, ainda como projeto, prevê que o mandato dos membros do CdR passe de quatro para cinco anos.

## **2.4 Redes Transeupéias (RTE)**

As redes transeupéias devem permitir ligar as regiões europeias e as redes nacionais através de uma infra-estrutura moderna e eficaz. São indispensáveis para o bom funcionamento do mercado único, dado que asseguram a livre circulação de mercadorias, pessoas e serviços.



O Título XV do Tratado que instituiu a Comunidade Européia, constitui a base jurídica das redes transeuropéias (RTE). As RTE estão presentes em três setores de atividade:

- As RTE-Transporte (RTE-T) abrangem, simultaneamente, o transporte rodoviário e combinado, as vias navegáveis e os portos marítimos, bem como a rede ferroviária européia de alta velocidade. Os sistemas inteligentes de gestão dos transportes também fazem parte desta categoria, assim como Galileo, o sistema europeu de radio navegação por satélite.

- As RTE-Energia (RTE-E) dizem respeito aos setores da eletricidade e do gás natural. Visam à criação de um mercado único de energia e a segurança dos aprovisionamentos.

- As RTE-Telecomunicação (eTen) têm por objetivo o desenvolvimento de serviços eletrônicos baseados nas redes de telecomunicações, com grande destaque para os serviços públicos; estes serviços estão no cerne da iniciativa "eEurope: Uma sociedade da informação para todos".

Ao valor orçamental da RTE adicionam-se as contribuições do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo de Coesão, do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Fundo Europeu de Investimento (FEI).

Desde 1986, o Ato Único Europeu sublinha a relação entre o bom funcionamento do mercado único e o objetivo de coesão econômica, social e territorial. A interligação e a interoperabilidade das redes nacionais de infra-estrutura impuseram-se, assim, como fatores-chave do ordenamento coerente do território comunitário.

Hoje, o alargamento aos países da Europa Central e Oriental reforça a importância das RTE ao estender a sua cobertura a todo o continente europeu. Além disso, a ligação eficaz dessas redes às redes de países terceiros situados mais a leste (Rússia e países da CEI) ou mais a sul (países da Bacia Mediterrânea) representa um fator de equilíbrio e de desenvolvimento econômico.

## 2.5 eEurope

A iniciativa eEurope foi lançada pela Comissão Europeia em dezembro de 1999 e aprovada pelo Conselho Europeu de Lisboa em março de 2000. A campanha então adotada: "eEurope - Uma sociedade da informação para todos", insere-se no âmbito da Estratégia de Lisboa, que estabelece para a União Europeia o objetivo de se tornar, até 2010, a economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo. Os principais objetivos da iniciativa são os seguintes:

- Permitir a entrada de todos os cidadãos, agregados familiares, empresas, escolas e administrações na era digital e proporcionar-lhes acesso em linha.
- Introduzir uma cultura digital baseada num espírito empresarial aberto às tecnologias da informação.
- Velar para que a sociedade da informação tenha uma vocação de integração social.

Para esse efeito, a Comissão adotou o plano de ação eEurope 2002 em maio de 2000. As principais ações destinavam-se a favorecer um acesso à Internet mais barato, mais rápido e seguro, a promover o investimento humano e financeiro e a incentivar a utilização da Internet.

O plano de ação eEurope 2005, que sucedeu o eEurope 2002, estava essencialmente orientado para a implantação de um acesso de banda larga a preços competitivos, para a segurança das redes e para o desenvolvimento da utilização das tecnologias da informação pela administração pública (administração pública em linha).

Lançada em junho de 2005, a iniciativa "i2010" constitui o novo quadro estratégico da Comissão Europeia no domínio da sociedade de informação e dos meios de comunicação. i2010 é a primeira iniciativa revista da Comissão, adotada no quadro da estratégia de Lisboa e da parceria para o crescimento e o emprego.

### **3 PRINCÍPIOS E POLÍTICAS DA U.E. QUE APÓIAM A POLÍTICA DE COESÃO**

Dentro da óptica dos principais instrumentos da política de coesão (um dos objetivos deste trabalho), neste capítulo, apresentam-se princípios institucionais defendidos pela UE que participam do conceito de coesão e apóiam as ações que buscam maior eficácia, maior autonomia e respeito às regiões e suas peculiaridades, e que zelam pela maior compreensão interna de sua legislação por seus cidadãos.

#### **3.1 Subsidiariedade**

O princípio da subsidiariedade tem por objetivo assegurar tomada de decisões o mais próxima possível dos cidadãos, ponderando se a ação proposta em escala comunitária se justifica em relação às possibilidades que oferece o nível nacional, regional ou local. Concretamente, trata-se de um princípio segundo o qual a União só deve atuar quando a sua ação seja mais eficaz do que uma ação desenvolvida a nível nacional, regional ou local - exceto quando se trate de domínios de competência exclusiva. Esse princípio está intimamente relacionado com os princípios da proporcionalidade e da necessidade, o que implica que a ação da União Europeia não deve exceder o necessário para alcançar os objetivos do Tratado.

O Conselho Europeu de Edimburgo, de dezembro de 1992, definiu os princípios fundamentais da noção de subsidiariedade e as linhas diretrizes de interpretação do artigo 5º, que consagra a subsidiariedade no Tratado da União Europeia. As suas conclusões foram retomadas em declaração que constitui, ainda hoje, a pedra angular do princípio da subsidiariedade.

A abordagem decorrente dessa declaração foi retomada no Tratado de Amsterdã num protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, anexo ao Tratado que instituiu a Comunidade Europeia. Este protocolo introduz, entre outros aspectos, a análise sistemática do impacto das

propostas legislativas relativamente ao princípio da subsidiariedade e a utilização, na medida do possível, das medidas comunitárias menos vinculativas.

A Constituição Europeia, ainda em projeto, prevê reforçar o princípio da subsidiariedade, designadamente pela obrigação imposta às instituições de manter os parlamentos nacionais informados ao longo de todo o procedimento legislativo. Além disso, a criação de um mecanismo de "alerta precoce" relativo à observância do princípio de subsidiariedade permitirá que os parlamentos nacionais solicitem à Comissão um novo exame de uma proposta legislativa a qual suspeitem violar o princípio de subsidiariedade.

### **3.2 Proporcionalidade**

À semelhança do princípio de subsidiariedade, o princípio da proporcionalidade regula o exercício das competências exercidas pela União Europeia. Visa delimitar e enquadrar a atuação das instituições da União. Por força desta regra, a atuação das instituições deve limitar-se ao que é necessário para atingir os objetivos dos tratados. Por outras palavras, a intensidade da ação deve estar relacionada com a finalidade prosseguida. Isto significa que, quando a União Europeia dispuser de vários modos de intervenção de igual eficácia, deve escolher aquele que permita maior liberdade aos Estados-Membros e aos particulares.

O princípio da proporcionalidade está claramente consagrado no direito primário, no artigo 5º, n.º 3, do Tratado que instituiu a Comunidade Europeia (TCE). O protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, anexo ao TCE pelo Tratado de Amsterdã, determina os critérios de aplicação destes dois princípios. O princípio da proporcionalidade é retomado pelo artigo 1-11º, n.º 4, da Constituição, ainda em projeto.

### 3.3 Simplificação legislativa

A simplificação legislativa tem por objetivo reduzir a complexidade dos dispositivos legislativos graças a uma aplicação rigorosa dos princípios da necessidade e da proporcionalidade. A reformulação, a codificação e a consolidação dos textos legislativos contribuem, substancialmente, para realizar a simplificação.

Este conceito, preconizado pelo Conselho Europeu de Edimburgo, em 1992, vem assumindo uma importância crescente no domínio do mercado interno, na sequência do Livro Branco (Documento da Comissão Europeia que expõe a abordagem adotada pela UE para favorecer o desenvolvimento de serviços de interesse geral de qualidade, bem como os principais elementos de uma estratégia que busca assegurar que todos os cidadãos e empresas da União tenham acesso a serviços de interesse geral de qualidade e a preços acessíveis.) sobre a realização do mercado interno. Com efeito, o principal esforço da última década incidiu na criação de um mercado tendente a privilegiar as quatro liberdades, o que determinou uma legislação europeia abundante. Neste contexto, foi considerado prioritário o trabalho de simplificação legislativa para assegurar as necessárias transparência e eficácia das ações da Comunidade. O programa-piloto SLIM ("Simplification of Legislation for the Internal Market") foi lançado em maio de 1996, sendo reforçado por um programa plurianual de simplificação e atualização da legislação comunitária, adotado pela Comissão em fevereiro de 2003.

Em resposta à declaração relativa à qualidade de redação da legislação comunitária anexada à Ata Final da Conferência Intergovernamental de 1997, foi realizado, em dezembro de 1998, um acordo interinstitucional que definiu as diretrizes para melhorar a qualidade de redação da legislação. Em dezembro de 2003, foi adotado um novo acordo interinstitucional, intitulado "Legislar melhor", que vai além da mera qualidade de redação.

A Constituição Europeia, ainda em fase de negociação, prevê o reforço dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, em nome da simplificação. Simplifica igualmente os instrumentos jurídicos, reduzindo o seu número, bem como os procedimentos legislativos (generalização da co-decisão). O texto da Constituição foi, aliás, redigido numa perspectiva de legibilidade e clareza, de forma a tornar a sua leitura acessível aos cidadãos europeus.

## 4 INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DE PORTUGAL COMO ESTADO-MEMBRO DA UE

Neste capítulo, são demonstrados e analisados índices portugueses no período de 1986 à 2006, com o intuito de ilustrar as mudanças ocorridas

### 4.1 Mortalidade infantil

A queda na taxa de mortalidade infantil representa uma manifestação clara da melhoria das condições de vida em termos absolutos e relativos.

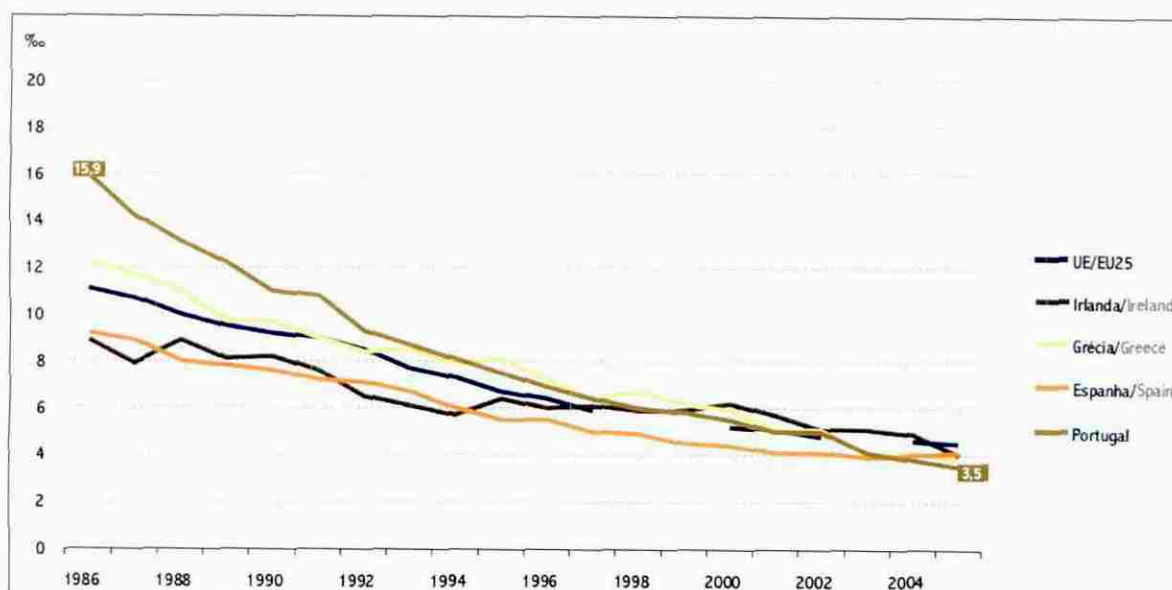


Gráfico 1: Taxa de mortalidade infantil.  
Fonte: Portugal - 20 Anos de Integração Europeia, 2007.

Neste gráfico, observa-se que Portugal acompanhou a queda, ou melhoria, neste índice e que inclusive possui média melhor que UE25, demonstrando de forma objetiva melhorias nas condições de sua população, desde sua entrada para o bloco.

## 4.2 Produto Interno Bruto *per capita*

O Produto Interno Bruto por habitante, medido através da Paridade do Poder de Compra (PPC), aumentou significativamente em Portugal desde a adesão à UE. Partindo de um nível inferior a 7 mil euros por habitante em 1986, Portugal chegou a 2006 com um valor próximo de 17 mil euros *per capita*, representando 65% da média da UE15.

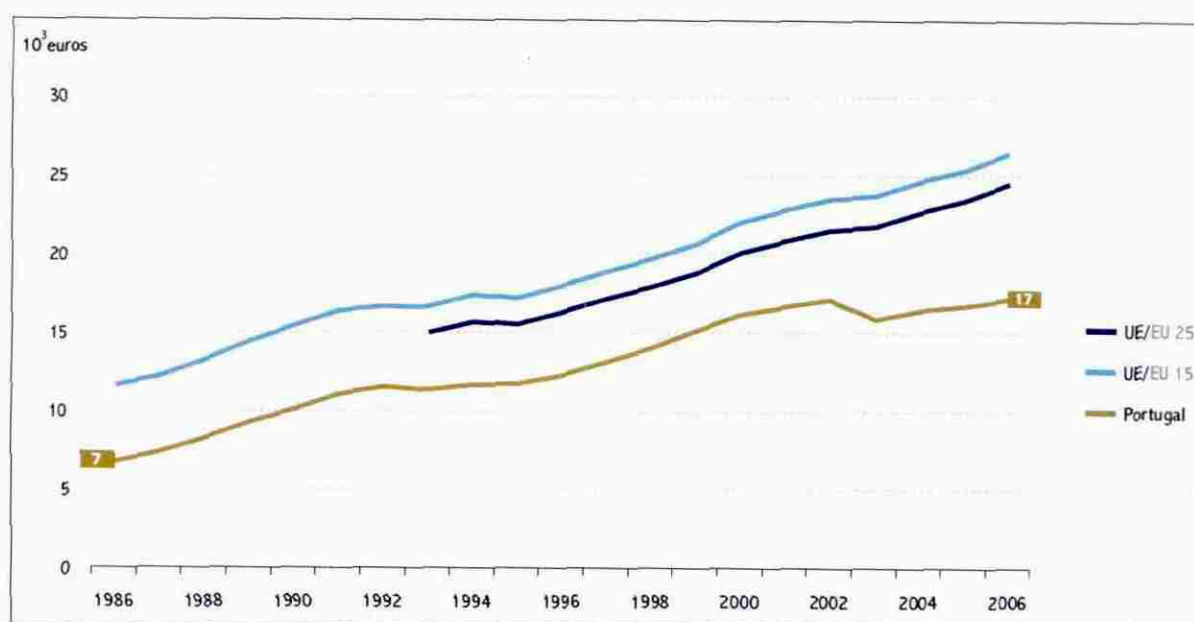


Gráfico 2: PIB per capita a preços de mercado.  
Fonte: Portugal - 20 Anos de Integração Económica, 2007.

Excluindo o período 1992-1994 e até 2001, Portugal cresceu com taxas maiores que a média da UE15, o que lhe permitiu aumentar o processo de convergência para os níveis de rendimento da União. A partir de 2002, Portugal interrompeu este processo, vindo a crescer com taxas inferiores às dos seus pares Europeus.

### 4.3 Produtividade do trabalho

A produtividade do trabalho constitui um indicador básico de averiguação dos níveis de competitividade das empresas e das economias.

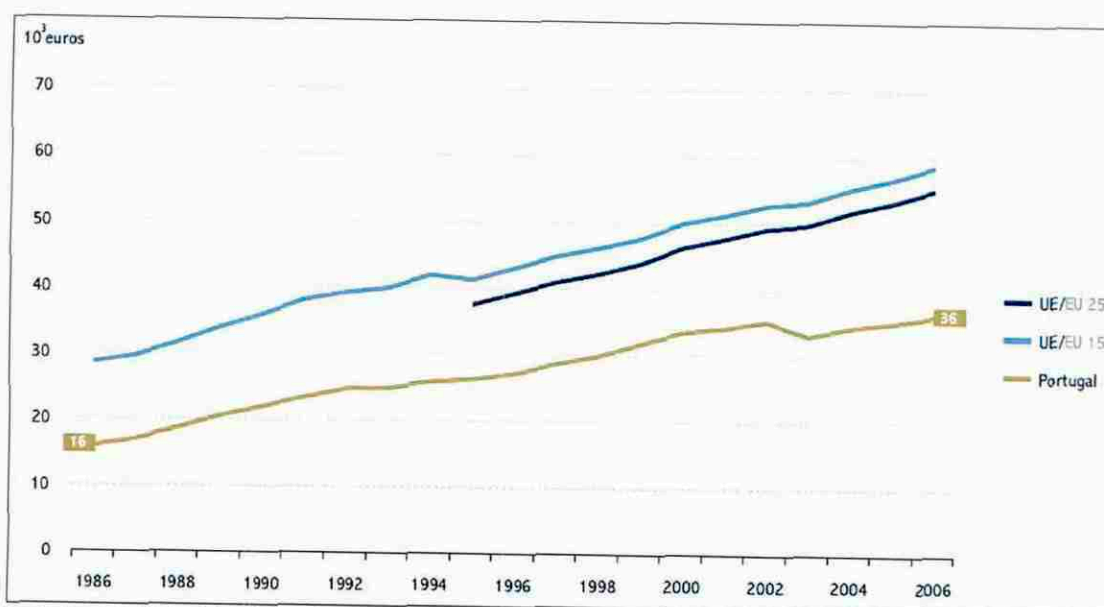


Gráfico 3: Produtividade do Trabalho - PIB a preços de mercado por trabalhador expressos com Paridade de Poder de Compra (PPC).  
Fonte: Portugal - 20 Anos de Integração Europeia, 2007.

A sua evolução quando comparada com os níveis de produtividade da União, apresentou, em Portugal, melhorias ao longo dos últimos 20 anos. O nível de riqueza criada, em média, por trabalhador, passou de 16 mil para 36 mil euros em 2006, valor que representa cerca de 65% da média registrada na UE25.



#### 4.4 Taxa de juro real a curto prazo

O alinhamento dos padrões de evolução da taxa de juro real ilustra a inserção de Portugal na política monetária da zona Euro.

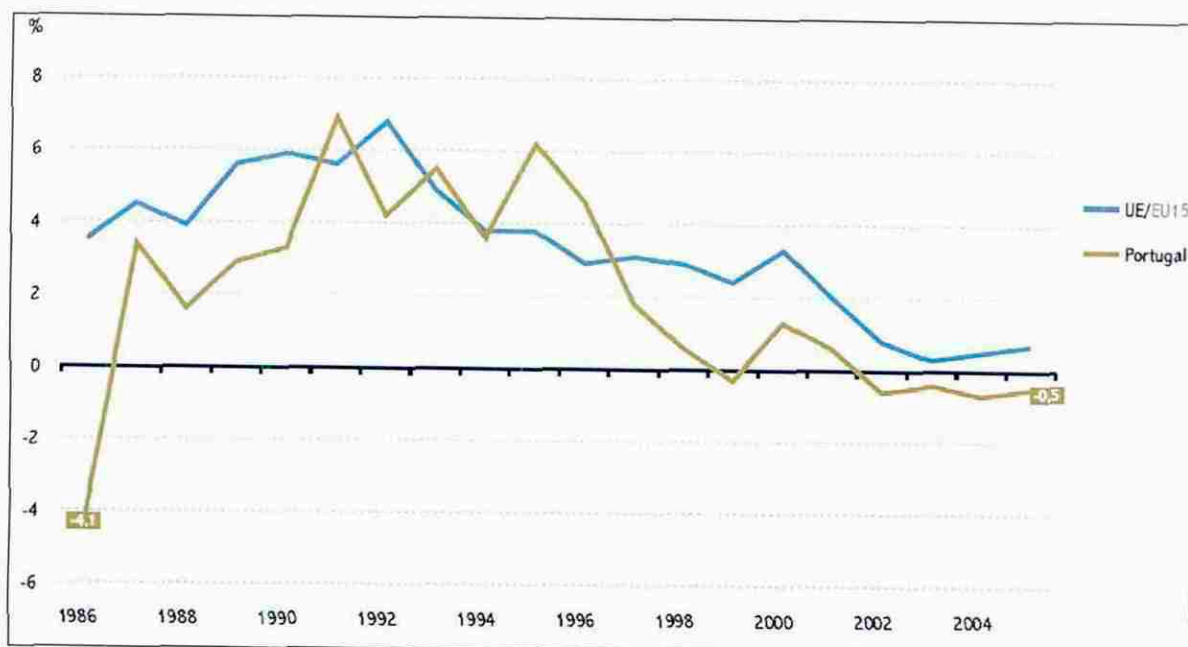


Gráfico 4: Taxa de juro real de curto prazo.  
Fonte: Portugal - 20 anos de Integração Europeia, 2007.

Após 1996, a evolução da taxa de juro real a curto prazo, em Portugal e na UE15, segue um padrão similar. Adicionalmente, a taxa de juro real a curto prazo em Portugal torna-se inferior à da UE15, passando inclusive a apresentar valores negativos em pleno período recessivo (primeira metade da década iniciada em 2000). Anteriormente, sobretudo no período 1990-1995, é notória a disparidade de comportamento.

#### 4.5 Grau de abertura do mercado

O peso do total das importações e das exportações no PIB mede o grau de abertura de uma economia.

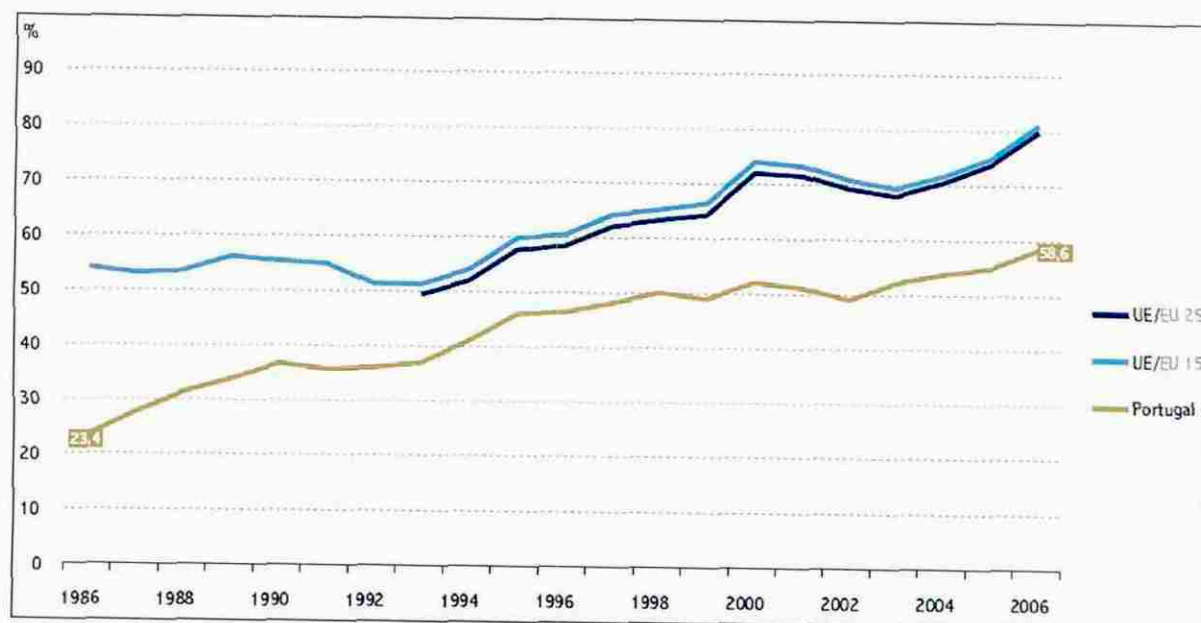


Gráfico 5: Grau de abertura do mercado.  
Fonte: Portugal - 20 Anos de Integração Europeia, 2007.

Ao longo dos últimos 20 anos, Portugal aumentou seu grau de abertura ao exterior, reduzindo em 2006 para 20 pontos percentuais a diferença comparada à média do restante da União.

#### 4.6 Exportações de produtos de alta tecnologia

O gráfico 6 evidencia a evolução recente no padrão qualitativo de exportações de Portugal (medido pela cota de exportações de produtos de alta tecnologia no total de exportações).

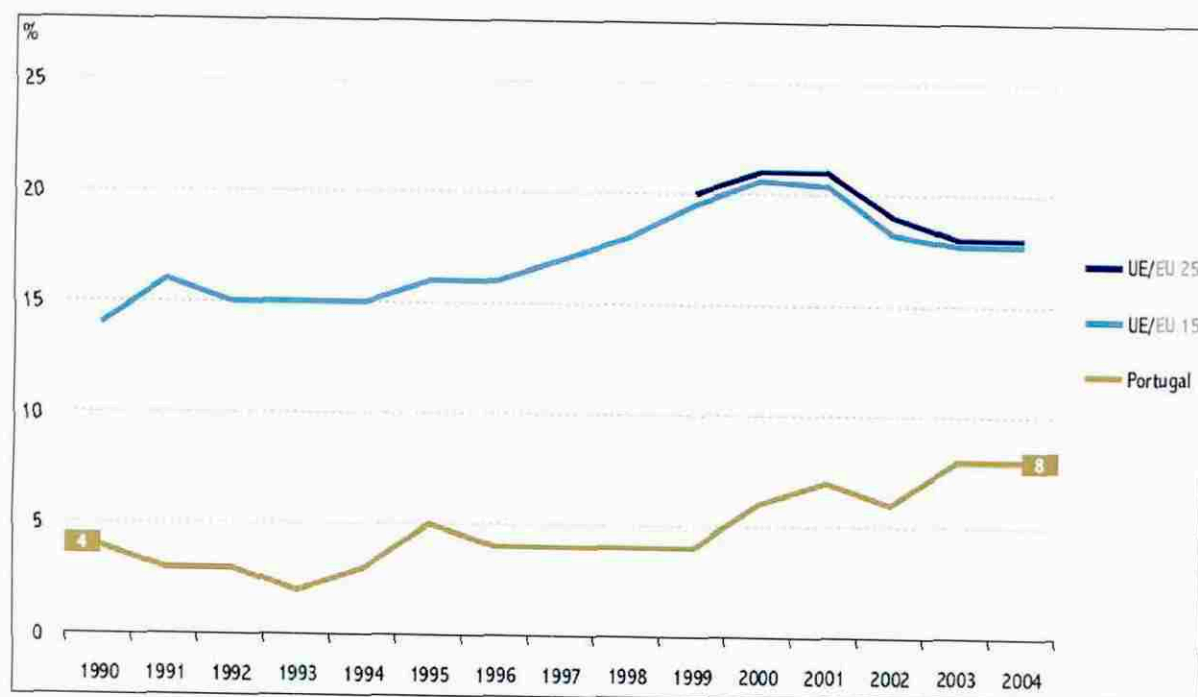


Gráfico 6: Exportações de produtos de alta tecnologia (em % do total de exportações).  
Fonte: Portugal - 20 Anos de Integração Europeia, 2007.

Refletindo sinais positivos de alteração no seu modelo produtivo, em 2004, essas exportações representaram cerca de 8% do total das exportações, sendo o valor médio da União alargada 18%, e o dobro do total português em 1990.

#### 4.7 Investimentos em Investigação e Desenvolvimento

O nível das despesas em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de um país gera um indicador que mostra uma estratégia tendente a aumentar o esforço tecnológico e o potencial associado de inovação e competitividade.

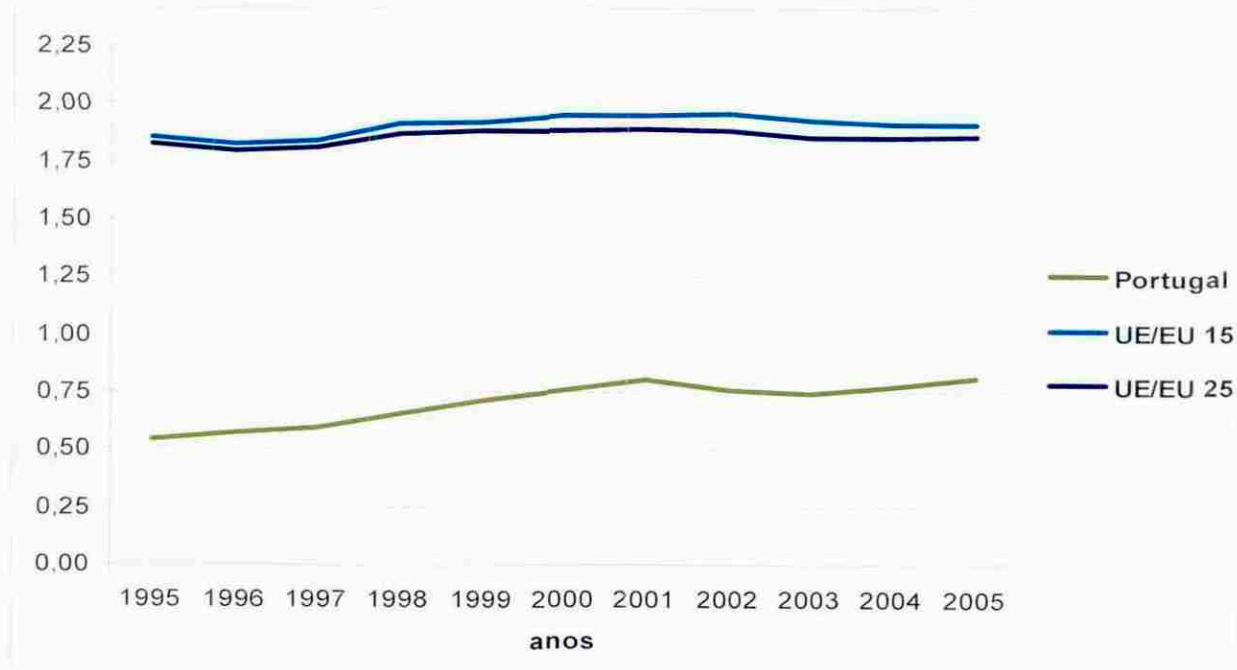


Gráfico 7: Investimentos em I&D (% do PIB)  
Fonte: Portugal-20 Anos de Integração Europeia, 2007.

A Estratégia de Lisboa, aprovada em 2000, aponta como objetivo, fazer da Europa a economia mais competitiva do mundo baseada no conhecimento e ambiciona aumentar o seu nível global de despesas em I&D para 3% do seu Produto Interno Bruto. Portugal está reduzindo o seu acentuado atraso tecnológico e, apesar de se ter verificado na última década um crescimento superior às médias europeias, em 2005 Portugal investia apenas 0,81% do seu PIB em I&D.

#### 4.8 Número de Patentes Requeridas

Um indicador que mostra a capacidade de transformar conhecimento produzido em inovação é medido pelo número de patentes submetidas por milhão de habitantes, neste caso, ao departamento de Patentes Europeias (EPO).

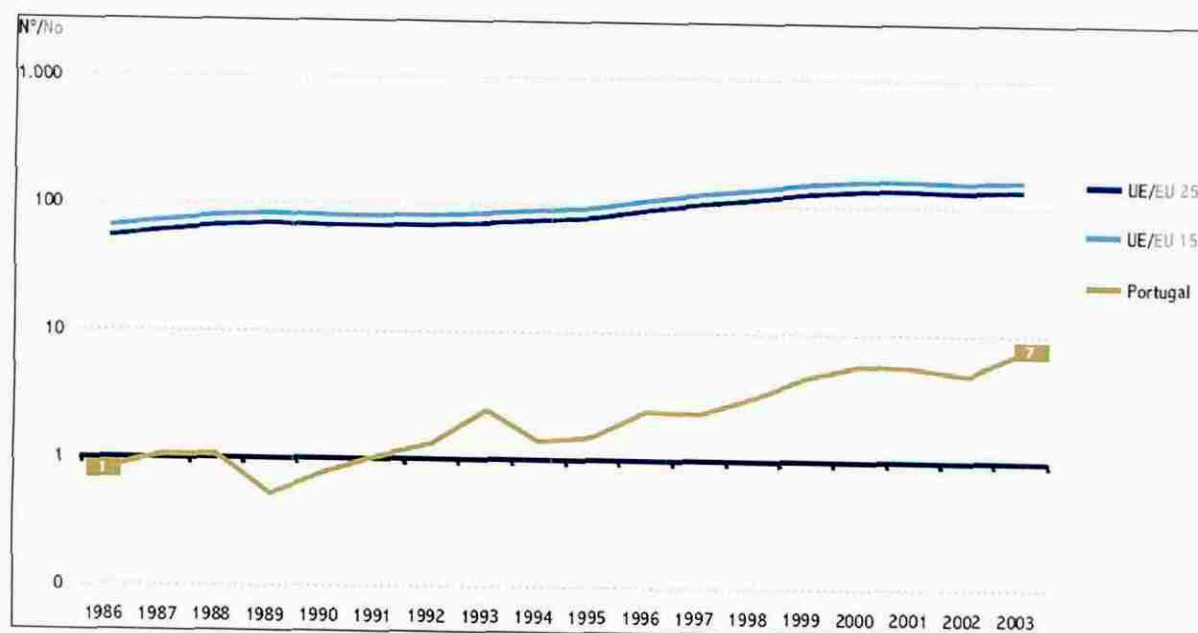


Gráfico 8: Patentes submetidas ao European Patent Office, por milhões de habitantes (escala logarítmica).  
Fonte: Portugal - 20 Anos de Integração Europeia, 2007.

Observa-se que Portugal submetia em 2003 apenas 7 patentes por cada milhão de habitantes, sendo esse número de 136 para a média da UE25. Considerando que no momento da adesão Portugal submetia menos de uma patente por milhão de habitantes, nota-se neste domínio um grande crescimento.

## 5 ÍNDICES SÓCIO-ECONÔMICOS DE PORTUGAL E OUTROS PAÍSES

Neste capítulo, apresentam-se índices iguais ou similares aos já apresentados anteriormente, com acréscimo de outros países, com uma série mais recente e de mesma fonte (o Relatório Anual da Agência Americana de Inteligência, CIA). Este capítulo busca operacionalizar a comparação destes índices e os oferece de forma prática, com o índice de Portugal em destaque e suas análises e na página subsequente uma figura com os gráficos dos demais países, lado a lado.

### 5.1 Exportações

Nota-se neste item que, no período abordado, Portugal teve um crescimento em suas exportações bastante elevado, quase que dobrando o volume total de 1998 para 2006.

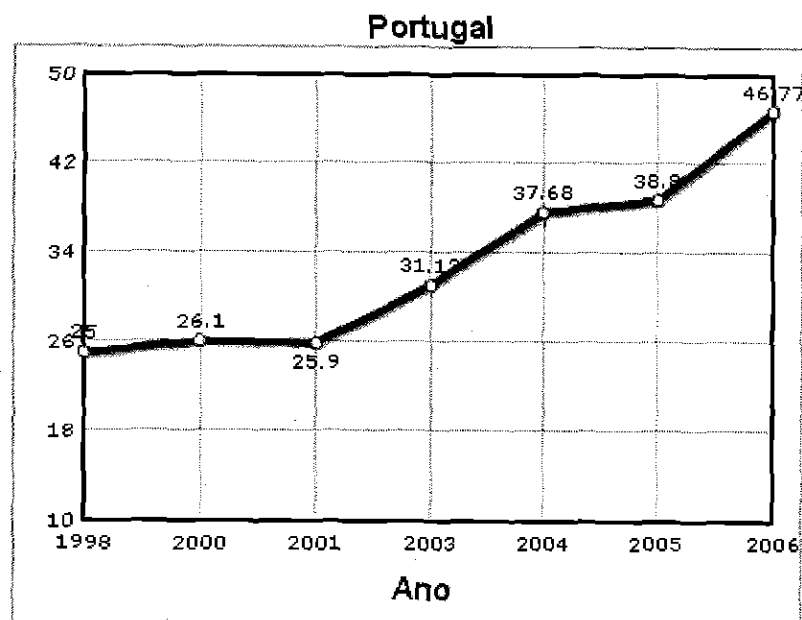


Gráfico 9: Exportações (Bilhões de dólares).

Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

Comparado aos demais países, mostra que em média acompanhou o nível percentual de crescimento, com exceção da Espanha que teve um crescimento mais ameno.

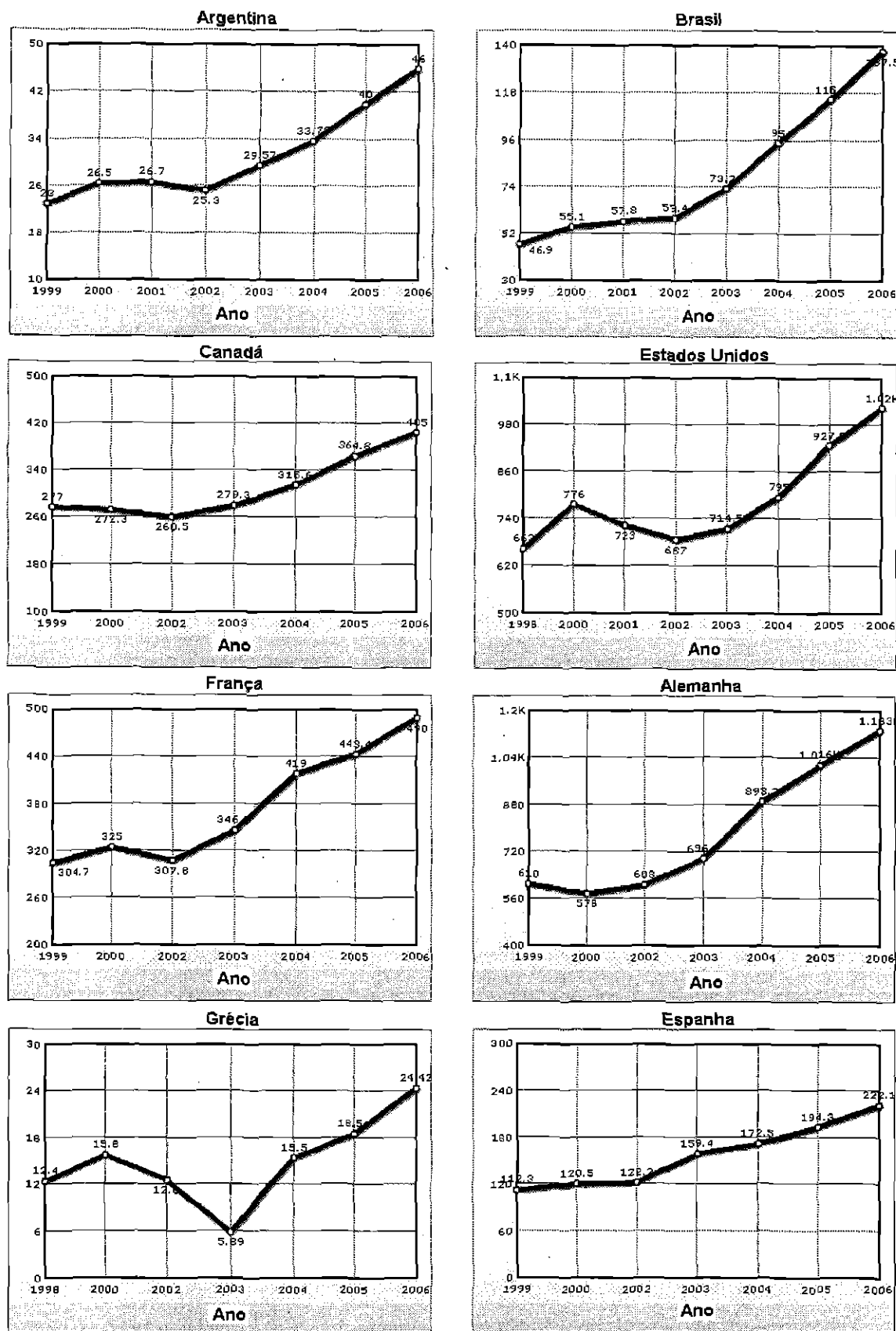


Figura 1: Exportações (Bilhões de Dólares).  
Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

## 5.2 Usuários da Internet

Neste item, Portugal teve um de seus crescimentos mais expressivos e, juntamente com a Argentina, foram os que percentualmente mais cresceram. Todos os países obtiveram crescimento.

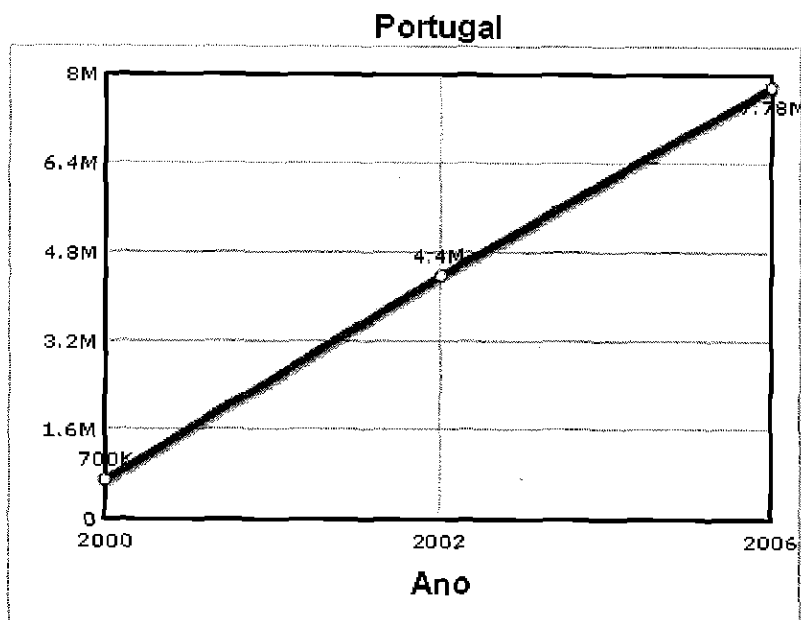


Gráfico 10: Usuários da Internet.  
Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

Nota-se também, que o Brasil encontra-se em quinto lugar nesta amostra, com maioria de países com economia forte, o que reflete, inclusive, mudanças significativas também nos países em desenvolvimento.



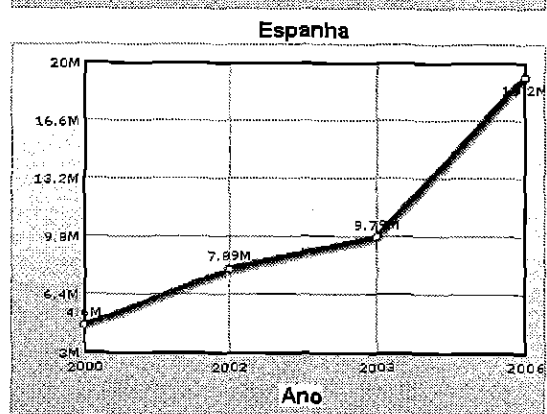
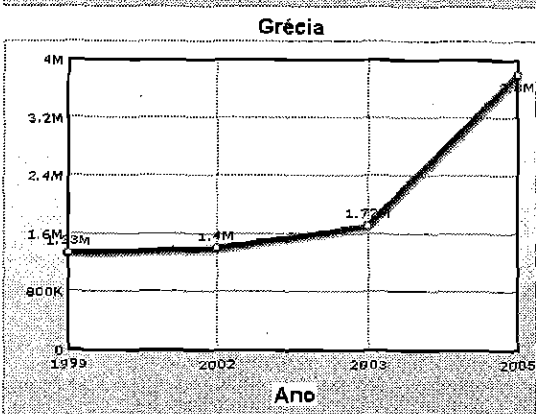
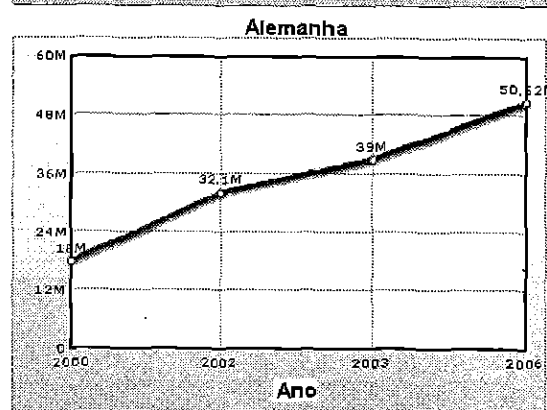
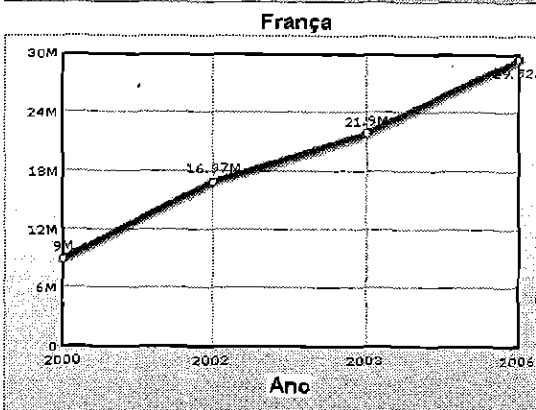
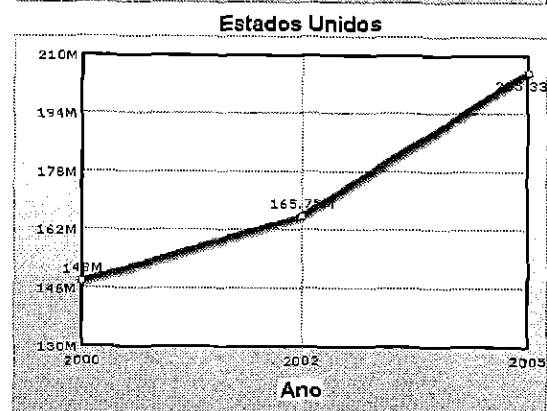
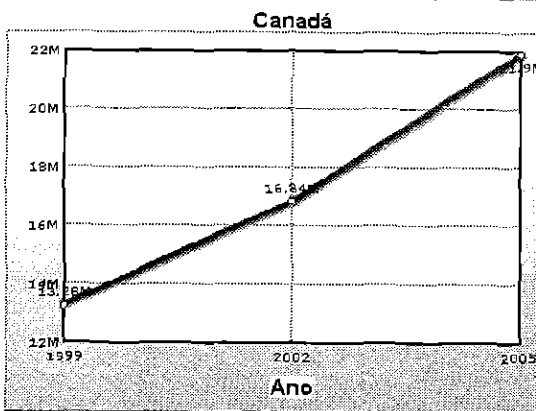
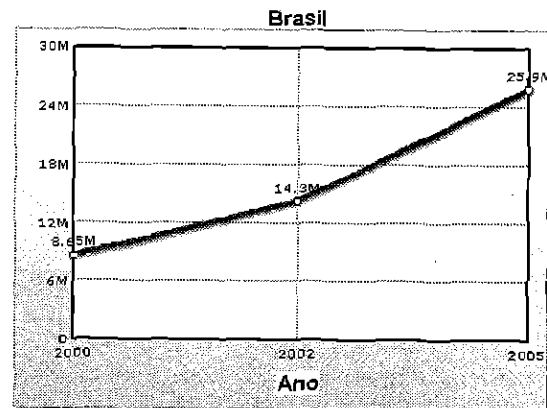
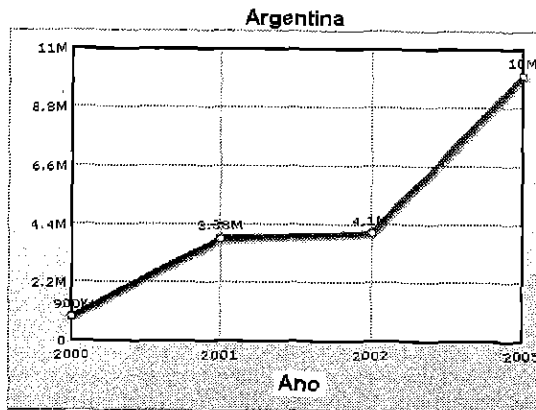


Figura 2: Usuários da Internet.  
Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

### 5.3 Crescimento da produção industrial

Em Portugal observa-se que este índice vem diminuindo no período, nos demais países os valores são bem variáveis com altos e baixos frequentes.

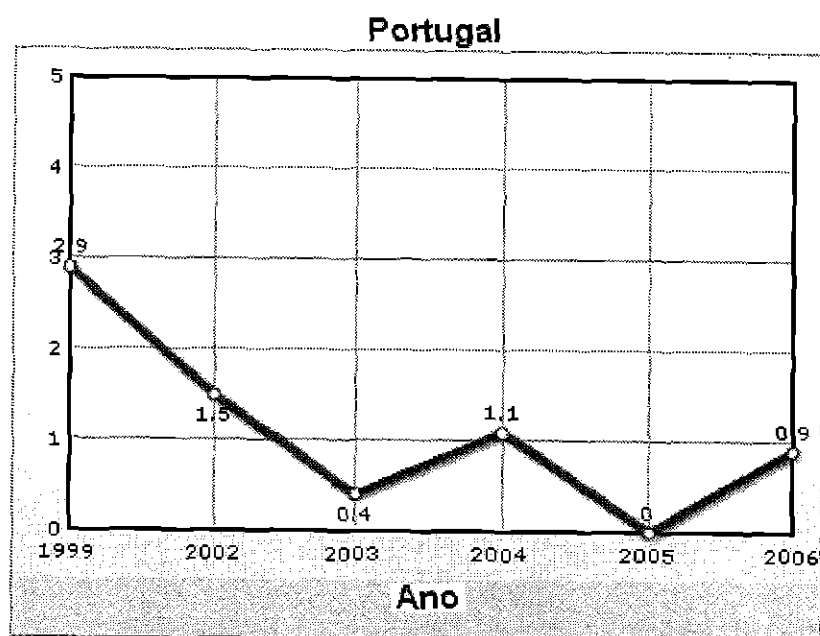


Gráfico 11: Crescimento da produção industrial (%).  
Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

Observa-se também uma queda gradual na produção industrial de Canadá, Grécia e Espanha, além de Portugal. Estados Unidos, Brasil e Argentina seguem uma trajetória mais horizontalizada, mantendo em média seus níveis de produção.

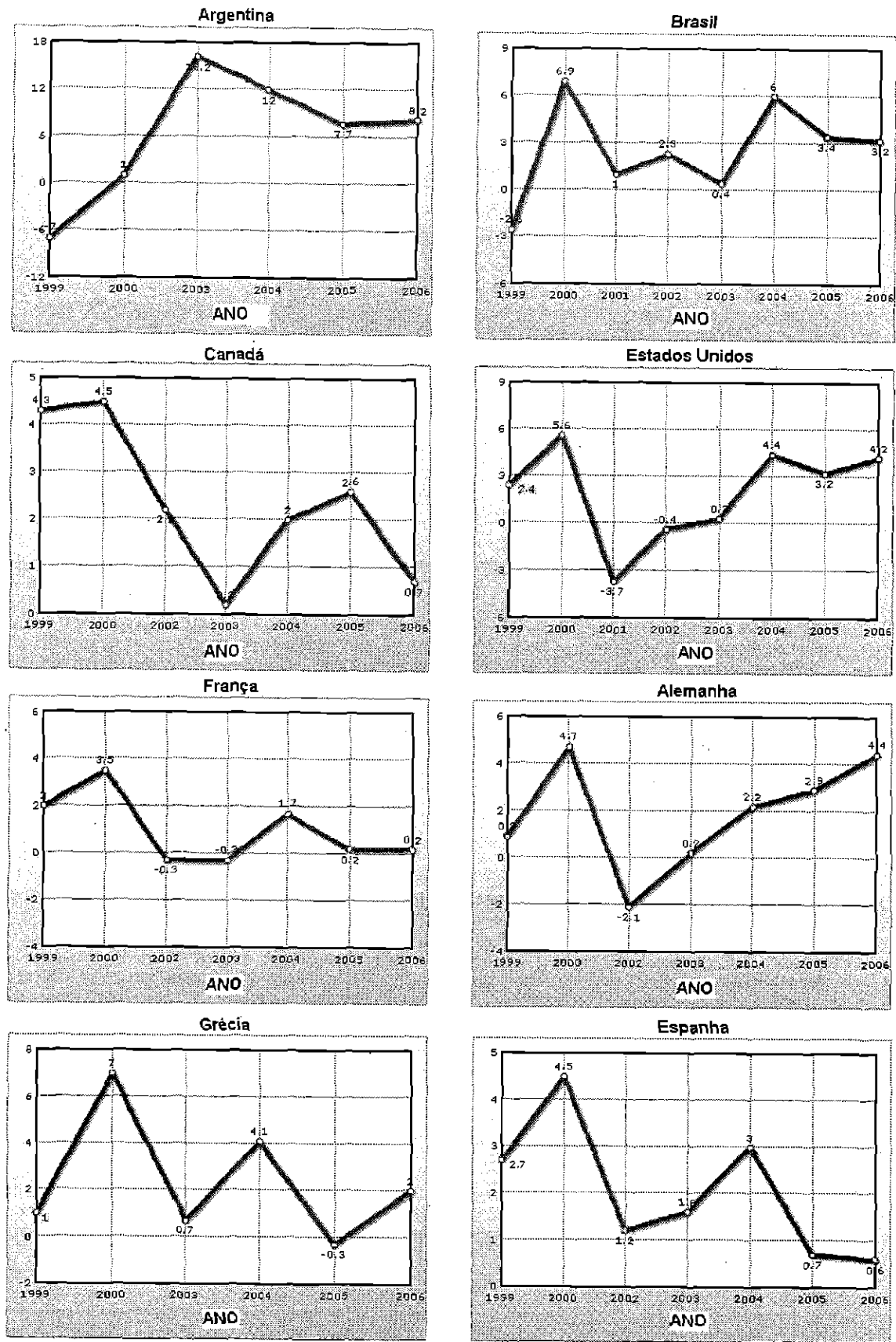


Figura 3: Taxa de crescimento da produção industrial (%).  
Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

#### 5.4 Consumo de eletricidade

Todos os países obtiveram crescimento neste ítem, perçetualmente Portugal ficou atrás apenas da Espanha.

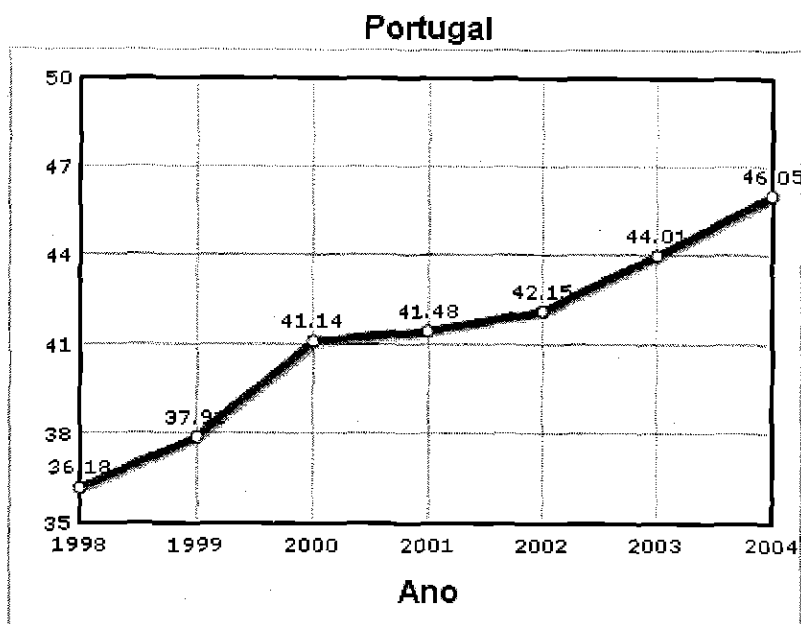


Gráfico 12: Consumo de eletricidade (Bilhões kWh).  
Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

Com esses dados, ressalta-se que na amostra escolhida para o presente trabalho os países imprimiram melhorias estruturais e aumento da oferta de energia, o que é fundamental para manter os países competitivos.

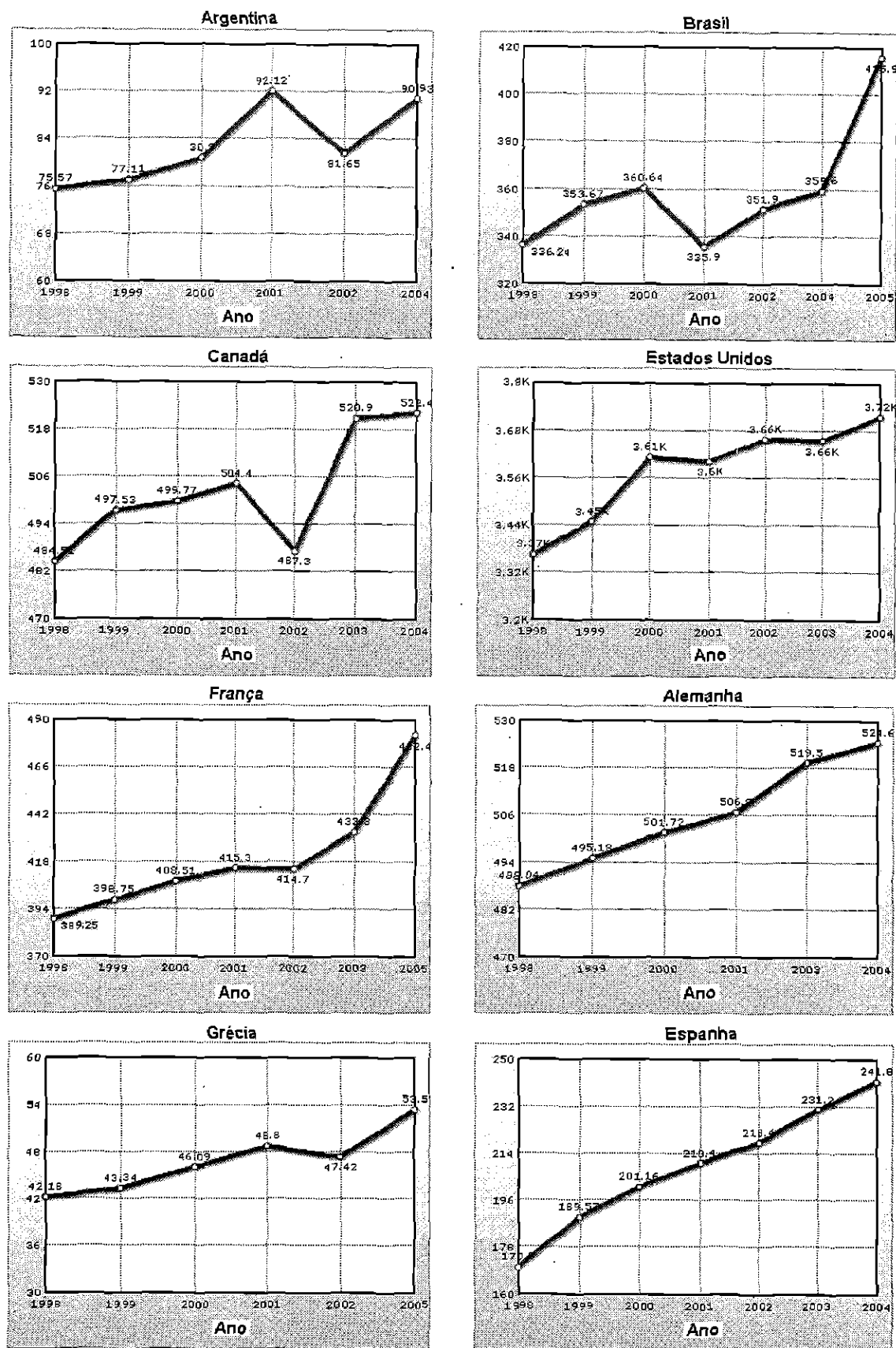


Figura 4: Consumo de energia elétrica (Bilhões de Kwh).  
Fonte: CIA - World FactBook, 2007.

## 5.5 Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil em Portugal, no período avaliado, obteve ótimos resultados e, mesmo já possuindo um bom índice, continuou caindo.

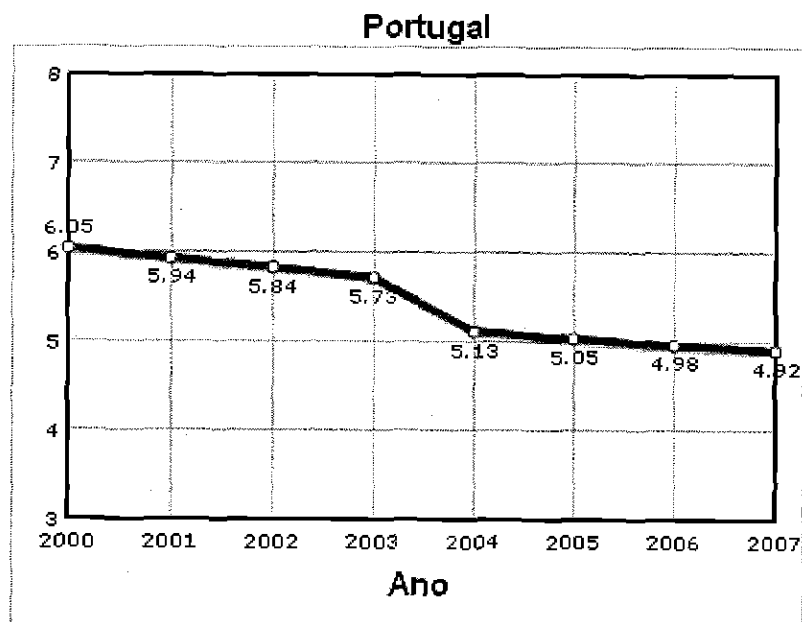


Gráfico 13: Taxa de mortalidade infantil (mortes/1000 nascimentos).  
Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

Neste quesito, todos os países mostraram melhora, Argentina e Brasil contam com os piores índices da amostra, evidenciando um ainda longo caminho para imprimir melhores padrões de qualidade de vida às suas populações.

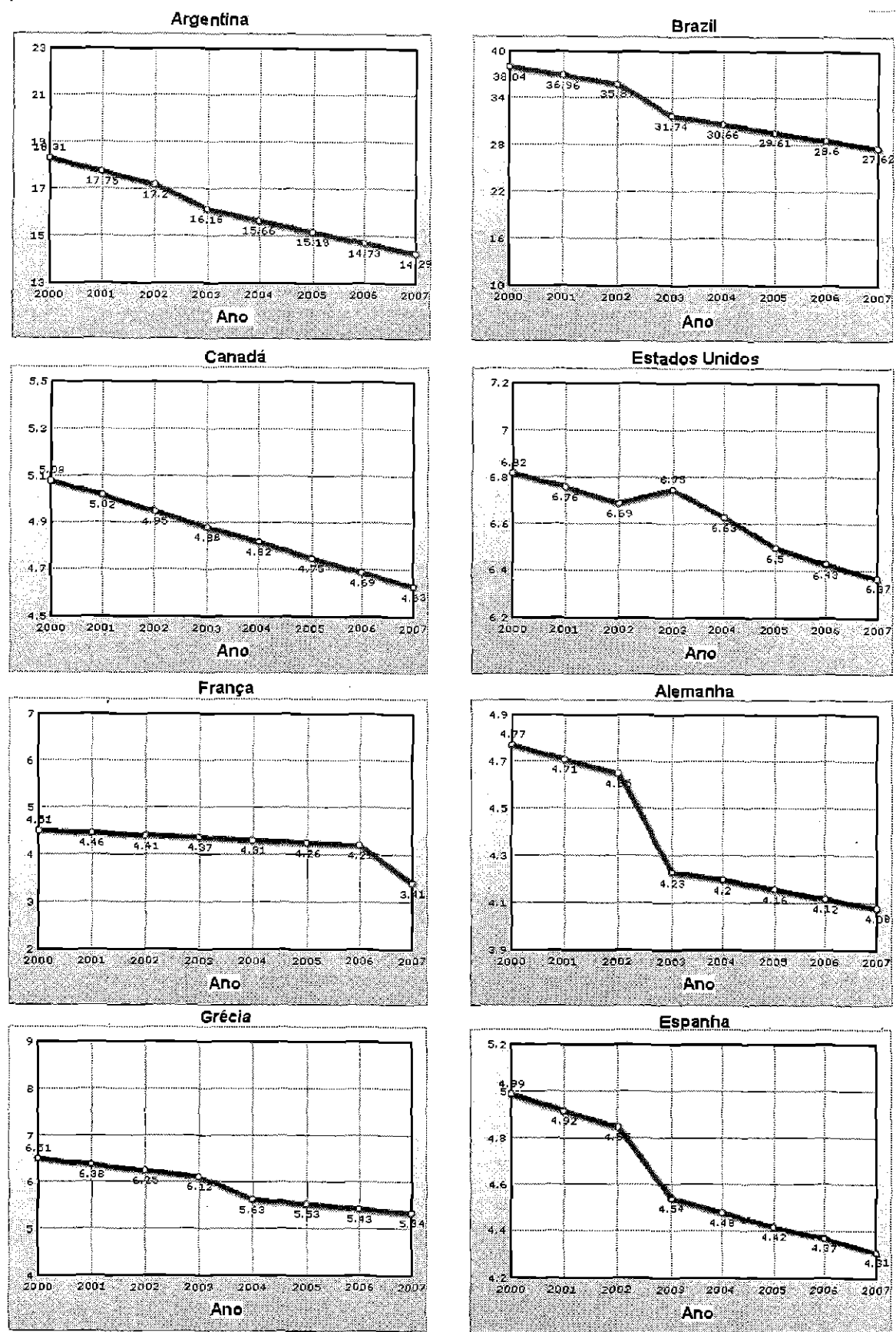


Figura 5: Taxa mortalidade infantil (mortes/1000 nascimentos).  
Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

## 5.6 PIB *per capita*

Quanto ao Produto Interno Bruto, os dados mostram que nesses países todos obtiveram crescimento de seu valor; percentualmente, Portugal foi um dos que menos elevaram seu valor.

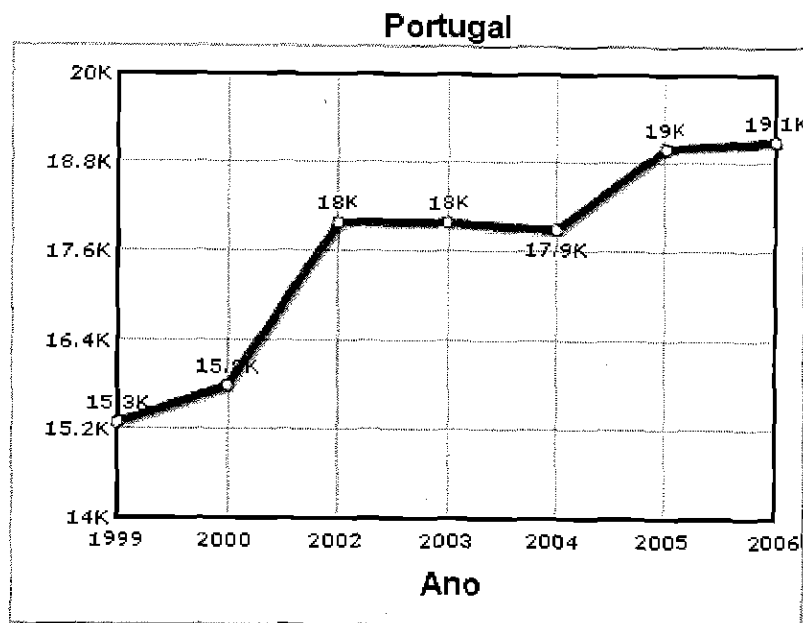


Gráfico 14: PIB per capita (10<sup>3</sup>dólares).  
Fonte: CIA - World Factbook, 2007.

Os maiores aumentos ocorreram em Grécia, Espanha e Argentina.

Através dos seis índices apresentados neste capítulo, com suas análises e comparações, pode-se observar tendências recíprocas em praticamente todos os índices trabalhados, o que nos leva a perceber, casualmente ou não, que os países da amostra se valeram de políticas com resultados semelhantes e é a partir desta percepção que serão embasadas algumas conclusões, na etapa final deste trabalho, logo após a próxima figura de comparação.



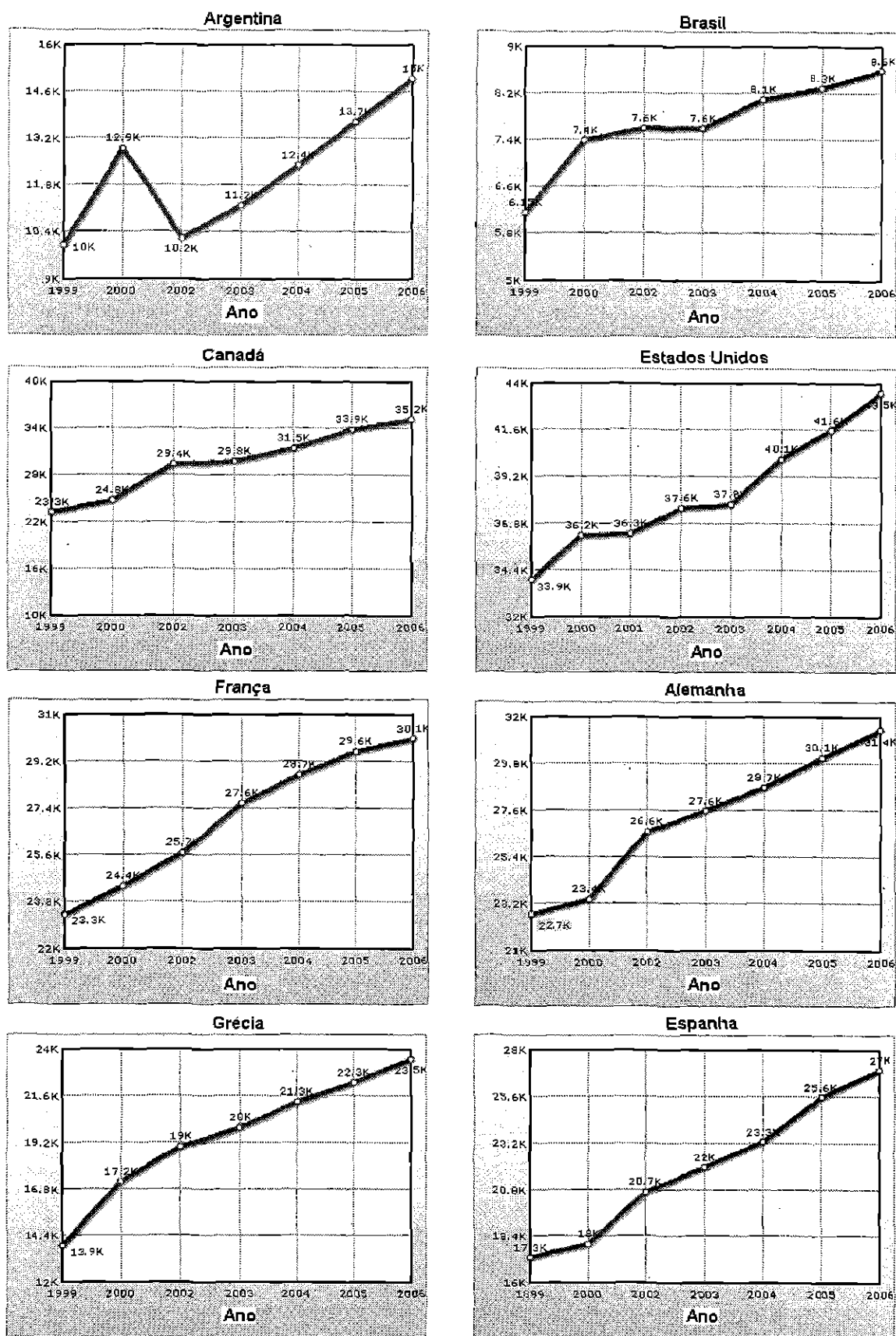


Figura 6: PIB per capita (10<sup>3</sup> dólares).  
Fonte: CIA - World FactBook, 2007.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento de informações a respeito da UE e de particularidades a respeito de uma das vertentes de sua política, este estudo cumpriu os seus objetivos ao demonstrar, com dados obtidos sobre Portugal em uma série histórica que contempla quase todo o período deste país como Estado-Membro (1986 à 2006), que sua entrada permitiu que vários de seus indicadores sócio-econômicos seguissem uma trajetória de ganhos; no entanto, isso não permite dizer que foi graças à UE e suas políticas de coesão que Portugal pôde seguir o rumo do crescimento. Comparativamente com outros países, inclusive, percebe-se que o mesmo segue uma tendência ascendente encontrada em todos eles.

Porém, isto também não significa que as políticas foram inócuas para o país, pois todos os países, inclusive os desta amostra, necessitaram trabalhar, buscar parcerias, acordos comerciais, vantagens e benefícios para se manter ativos e influentes na economia internacional e, no caso de Portugal, isso corrobora a idéia de que sua entrada na UE foi um primeiro passo para a sua união com um bloco econômico maior, mais influente e capaz de trazer vantagens ao país.

Os objetivos específicos foram plenamente atingidos, com a identificação e caracterização dos principais instrumentos de ação da UE para a coesão, que serviram de base para as mudanças nos índices apresentados neste trabalho, em corte longitudinal apresentado pelos dados expostos. Com a análise e posterior comparação com os demais países, foi possível trabalhar quantitativa e qualitativamente, para estabelecer possíveis relações entre as políticas aqui demonstradas e as alterações nos índices.

Como sugestão para próximos trabalhos, identifica-se que trazer mais dados sobre as políticas e ações da UE, com intuito de levar exemplos bem sucedidos de ações e posturas de um grupo que experimenta uma maior evolução política às pessoas de variados países, nomeadamente os brasileiros, pode se configurar numa obra de grande peso social.

Por fim, este trabalho permite concluir que as políticas assistidas pela UE em Portugal foram salutaras e permitiram que o país acompanhasse uma tendência rumo ao crescimento qualitativo.

## GLOSSÁRIO

**CEE:** Organização internacional criada pelo Tratado de Roma (em vigor desde 1958), com a finalidade de estabelecer um mercado comum europeu. O tratado estabelecia um mercado e impostos alfandegários externos comuns, uma política conjunta para a agricultura, políticas comuns para o movimento de mão-de-obra e para os transportes, e fundava instituições comuns para o desenvolvimento econômico

A CEE foi a mais famosa das três Comunidades Europeias e, depois do Tratado de Maastricht (1992) (ou TUE) mudou o nome para Comunidade Europeia (CE).

**COMISSÃO EUROPEIA:** Instituição politicamente independente que representa e defende os interesses da União Europeia (UE); propõe a legislação, políticas e programas de ação e é responsável por aplicar as decisões do Parlamento Europeu (PE) e do Conselho da União Europeia (CUE).

O presidente e os membros da Comissão são nomeados pelo Conselho da União Europeia, por maioria qualificada, após aprovação pelo Parlamento Europeu.

O termo "Comissão" faz referência aos membros da Comissão (Comissários) designados pelos Estados membros e aprovados pelo Parlamento, mas também se refere à própria instituição e ao seu pessoal.

**CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA:** O Conselho da União Europeia, geralmente designado Conselho, é uma instituição comunitária. Partilha com o Parlamento Europeu o papel de legislador da União, delegando a execução dos atos à Comissão. Além disso, o Conselho assegura a coordenação das políticas econômicas gerais dos Estados-Membros. Regra geral, as decisões são aprovadas por maioria dos seus membros. Compõe-se, nas suas diferentes formações, por um representante ministerial por cada Estado-Membro. A Presidência é exercida rotativamente por cada um dos Estados-Membros por um período de seis meses.

**CONSELHO EUROPEU:** O Conselho da União Européia, ou simplesmente Conselho, constitui a principal instância de decisão da União Européia. É a expressão da vontade dos Estados-Membros, cujos representantes se reúnem regularmente a nível ministerial.

**PARLAMENTO EUROPEU:** É a instituição parlamentar da União Européia. Eleito por um período de 5 anos por sufrágio universal direto pelos cidadãos dos estados-membros, o Parlamento Europeu é a expressão democrática de 374 milhões de cidadãos europeus. Constitui assim a Assembléia eleita nos termos dos Tratados, do Ato de 20 de setembro de 1976. No Parlamento Europeu estão representadas, a nível de formações políticas paneuropeias, as grandes tendências políticas existentes nos países membros. Tem sede em Estrasburgo, na França.

**TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU:** O Tribunal de Contas Europeu, com sede em Luxemburgo, é composto por um cidadão de cada Estado-Membro. Os seus membros são nomeados por um período de seis anos (renovável) pelo Conselho da União Européia, deliberando por maioria qualificada, após consulta do Parlamento Europeu. Desempenha as suas funções com total independência.

O Tribunal verifica a legalidade e a regularidade das receitas e despesas da União Européia (bem como de qualquer organismo criado pela Comunidade) e garante a boa gestão financeira. Compete-lhe igualmente enviar ao Parlamento Europeu e ao Conselho uma declaração sobre a fiabilidade das contas e a regularidade e legalidade das operações a que elas se referem.

**BCE:** O Banco Central Europeu (BCE) foi instituído em 1 de Junho de 1998. Goza de personalidade jurídica e de total independência face às instituições nacionais e comunitárias. O BCE assegura o bom funcionamento da União Económica e Monetária, administrando o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). A sua principal missão consiste em manter a estabilidade dos preços, definindo a política monetária da "zona do euro" a fim de salvaguardar o valor da moeda única.

**TRATADO DE ROMA:** Nome que se dá a dois tratados:

- Tratado Constitutivo da Comunidade Económica Europeia (CEE).
- Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom).

**ATO ÚNICO EUROPEU:** Revê os Tratados de Roma com o objetivo de relançar a integração europeia e concluir a realização do mercado interno. Altera as regras de funcionamento das instituições europeias e alarga as competências comunitárias, nomeadamente no âmbito da investigação e desenvolvimento, do ambiente e da política externa comum.

**TRATADO DE MAASTRICHT:** Também conhecido como Tratado da União Europeia (TUE) foi assinado em 7 de fevereiro em 1992 na cidade holandesa de Maastricht. O Tratado da União Europeia foi um elo fundamental para a criação de uma Europa unificada porque, pela primeira vez, cumpriu o objetivo económico inicial da Comunidade de constituir um mercado comum e lhe conferir uma vocação de unidade política. Consagra oficialmente o nome de "União Europeia" que a partir de então substitui o de Comunidade Europeia.

**TRATADO DE AMSTERDÃ:** A assinatura do Tratado de Amsterdã aconteceu na cidade de Amsterdã (Países Baixos), em 2 de outubro de 1997, como fruto da Conferência Intergovernamental que iniciou os seus trabalhos em 1996, na sequência do programa de revisão fixado pelo Conselho Europeu, na sua reunião em Turim, a 29 de março desse ano. O Tratado da Amsterdã conferiu maiores garantias em matéria de direitos fundamentais e entrou em vigor em 1 de maio de 1999.

**TRATADO DE NICE:** O Tratado de Nice foi adotado na sequência do Conselho Europeu de Nice e entrou em vigor no dia 1 de fevereiro de 2003. É o culminar da Conferência Intergovernamental (CIG), realizada em fevereiro de 2000, cujo objetivo era a adaptação do funcionamento das instituições europeias antes da chegada de novos Estados-Membros.

As principais alterações introduzidas pelo Tratado de Nice incidem sobre a limitação da dimensão e composição da Comissão, a extensão da votação por

maioria qualificada, uma nova ponderação dos votos no Conselho e a flexibilização do dispositivo de cooperação reforçada.

**ESTRATÉGIA DE LISBOA:** Durante o Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000), os Chefes de Estado e de Governo lançaram uma estratégia dita "de Lisboa", com o objetivo de tornar a União Europeia (UE) a economia mais competitiva do mundo e alcançar o objetivo de pleno emprego até 2010.

**PAC:** A política agrícola comum é da competência da União Europeia (UE) e dos Estados-Membros. De acordo com o artigo 33.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, tem por finalidade assegurar preços razoáveis aos consumidores europeus e uma remuneração equitativa aos agricultores, mediante a organização comum dos mercados agrícolas e o respeito pelos princípios fixados na Conferência de Stresa em 1958: unidade dos preços, solidariedade financeira e preferência comunitária.

A PAC constitui uma das políticas mais importantes da União Europeia (as despesas agrícolas representam cerca de 45% do orçamento comunitário). A sua elaboração está sujeita ao procedimento de tomada de decisões que prevê a maioria qualificada no Conselho e a consulta do Parlamento Europeu.

**MAIORIA QUALIFICADA:** A maioria qualificada (MQ) corresponde ao número de votos que deve ser alcançado no Conselho, para que seja adotada uma decisão quando as deliberações se baseiam no n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** O conceito de desenvolvimento sustentável refere-se a um modo de desenvolvimento capaz de responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de crescimento das gerações futuras. Visa melhorar as condições de vida dos indivíduos, preservando simultaneamente o meio ambiente a curto, médio e, sobretudo, longo prazo. O desenvolvimento sustentável comporta três objetivos: desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável.

**UE15:** Áustria, Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Grécia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Suécia, Reino Unido.

**UE25:** UE15 acrescido de: Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Checa, Hungria, Eslováquia, Eslovênia, Chipre e Malta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Referências bibliográficas**. NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Resumo**. NBR 6028. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Citações em documentos**. NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Trabalhos acadêmicos**. NBR 14724. Rio de Janeiro, 2005.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas**: Ciência para uma vida sustentável. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, **World factbook**. Washington: Central office, 2007.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica**: Teoria e Prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2003.

FONTAINE, Pascal. **A Europa em 12 lições**.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de Metodologia Científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**: Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

POLÍTICA REGIONAL. **Disposições e instrumentos da política regional**: 3 Objetivos prioritários. 2000-2006. Disponível em: <<http://europa.euscadpluslegptlvbg24203.htm>>. Acesso em 25 jul. 2007.

REGULAMENTO (CE) Nº 1260. 1999. **Disposições gerais sobre os fundos estruturais**. Disponível em: <<http://europa.euscadpluslegptlvbg60014.htm>>. Acesso em 02 ago. 2007.

REGULAMENTO (CE) Nº 1083. 2006. **Disposições e instrumentos da política regional**: Disposições gerais FEDER – FSE – Fundo de Coesão. Disponível em: <<http://europa.euscadpluslegptlvbg24231.htm>>. Acesso em 23 jul. 2007.

REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA EM PORTUGAL. **Portugal – 20 anos Integração Européia**. Lisboa: INE, 2007.

SOUZA, Antonio C. de; FIALHO, Francisco A. P.; OTANI, Nilo. **TCC: Métodos e Técnicas**. 1. ed. Florianópolis: Visual Books, 2007.



TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.